



Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO 2016

Índice

1. Caracterização do Centro Hospitalar	2
Articulação com as restantes entidades	3
Missão, visão e valores	4
Orgãos Sociais	5
A envolvente interna	6
2. Actividades desenvolvidas para consecução do plano	9
Melhoria da eficiência organizacional.....	9
Sustentabilidade Económico Financeira	11
Qualidade	11
Aprendizagem e desenvolvimento.....	12
3. Actividade assistencial	14
Consultas Externas.....	14
Actividade Cirúrgica.....	15
Internamento.....	16
Hospital de Dia.....	19
Urgência.....	20
Radioterapia.....	21
Evolução dos indicadores de actividade assistencial.....	24
4. Indicadores de recursos humanos	25
Rotatividade.....	26
Estrutura etária	27
Antiguidade em 31 de Dezembro de 2016	28
Nível Habilitacional.....	28
Taxa de Absentismo.....	29
5. Indicadores de desempenho económico - financeiro	30
Balanço e estrutura patrimonial	37
Indicadores Económico-Financeiros.....	37
Investimentos.....	39
Descrição dos principais investimentos de 2016.....	40
6. Proposta de Aplicação de Resultados	40
7. Informação Específica para o Sector da Saúde	40
Estimativa de Proveitos	41
Índice Desempenho Global	42
.....	43

Execução Financeira do Contrato Programa	43
Facturação Líquida.....	43
Investimentos realizados	44
8. Cumprimento das Obrigações Legais	44
Objectivos de Gestão	44
Gestão do Risco Financeiro	45
Evolução do Prazo Médio de Pagamento.....	46
Resultados Obtidos	46
Remunerações.....	47
Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.....	50
Despesas Não Documentadas	50
Relatório sobre Remunerações pagas a Homens e Mulheres.....	51
Contratação Pública.....	51
Da Prevenção da Corrupção	51
Da adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas.....	52
Da Frota Automóvel.....	52
Medidas de Redução de Gastos Operacionais	53
Princípio da Unidade de Tesouraria.....	53
Auditorias do Tribunal de Contas.....	53
Informação divulgada no site	54
9. Anexos - Demonstrações financeiras.....	55
Balanço em 31-12-2016	55
Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31-12-2016.....	56

Mensagem do Presidente

A título de nota preliminar importa referir o facto do atual Conselho de Administração ter assumido funções a 3 de novembro de 2016, circunstância que cerceia o conhecimento direto dos aspetos mais relevantes e respetivo contexto factual vivenciado pelo Centro Hospitalar no ano de 2016.

Ainda assim, entendo dever realçar como atributos merecidamente reconhecidos desde o primeiro dia de funções, o envolvimento, o empenho e o sentido institucional dos profissionais do Centro Hospitalar.

Do seu trabalho, dedicação e profissionalismo resulta a mantida confiança da comunidade nos cuidados de saúde que prestam com zelo e rigor técnico, reconhecida também por entidades externas e materializadas na certificação, desde o ano de 2009, do Serviço de Radioterapia e do Serviço de Aprovisionamento de acordo com o referencial da International Organization for Standardization, ISO 9001: 2008, na certificação do Centro Hospitalar Barreiro Montijo (CHBM) como “Hospital Amigo dos Bebés”, na acreditação no ano de 2016, pela Direção-Geral da Saúde, do Serviço de Pediatria e Serviço de Oncologia e, também, no reconhecimento da excelência clínica na área da Ortopedia, por parte da Entidade Reguladora da Saúde (2016).

Neste âmbito merece, ainda, realce o aumento de atividade assistencial verificado no ano de 2016 comparativamente ao ano de 2015, concretamente na área do internamento, atividade cirúrgica convencional e ambulatória e serviço de urgência.

Apesar dos esforços desenvolvidos, o Centro Hospitalar continua a apresentar alguns constrangimentos ao nível da acessibilidade aos cuidados de saúde no âmbito da consulta externa e cirurgia que importa debelar, nomeadamente através de políticas ativas de reforço dos recursos humanos do CHBM. Saliente-se, ainda assim, o significativo aumento de efetivos que a dezembro 2016 representavam mais 7% de colaboradores (110 profissionais) face ao período homólogo anterior.

No que respeita ao compromisso assumido com a tutela em sede de Contrato-Programa, verificou-se uma taxa de execução de 99%. Neste âmbito, não pode ser escamoteado o facto do atual modelo de financiamento do Centro Hospitalar determinar, fatidicamente, ao longo dos últimos anos, um desequilíbrio financeiro que muito condiciona o exercício gestor desta Instituição e coarta significativamente a ação do Conselho de Administração em termos de investimento e desenvolvimento sustentado da Organização.

Ancorado no lema do CHBM “Juntos cuidamos”, confiante na capacidade, envolvimento e motivação dos profissionais é minha convicção que o ano de 2017 permitirá dar continuidade ao excelente trabalho desenvolvido no ano de 2016 e possibilitará concretizar muitos dos projetos ambicionados, em prol do aumento da satisfação, no reforço da confiança e no reconhecimento dos nossos utentes.

JUNTOS CUIDAMOS!

1. Caracterização do Centro Hospitalar

O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE (CHBM) foi criado a 1 de novembro de 2009, através do Decreto-lei n.º 280/2009 de 6 de Outubro, com a natureza de entidade pública empresarial, por fusão do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, EPE e do Hospital Distrital do Montijo.

O CHBM presta assistência ao nível do Internamento, Consulta Externa, Urgência, Hospital de Dia, Assistência Domiciliária e assegura, praticamente, todos os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica daí decorrentes.

Com uma área de influência que engloba os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, a Instituição serve uma população com cerca de 215 mil habitantes.

A actividade no último ano desenvolveu-se com especial preocupação pela melhoria dos tempos de resposta às necessidades dos cidadãos que o procuram e a sustentabilidade da Instituição, o que envolveu a necessidade de recuperação da actividade assistencial e uma monitorização permanente da situação económico-financeira, com uma evolução de sentido positivo em ambas.

Hospital de Nossa Senhora do Rosário

O edifício atual foi inaugurado no dia 17 de Setembro de 1985, com cerca de 500 camas, com a designação de Hospital Distrital do Barreiro. Em Setembro de 1995 viu a sua designação ser alterada para Hospital Nossa Senhora do Rosário – Barreiro.

Em Dezembro de 2002, o Decreto-Lei n.º 299/2002 transformou a Instituição numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Três anos mais tarde, com o Decreto-Lei n.º 233/2005 passou a entidade pública empresarial, designando-se desde então Hospital de Nossa Senhora do Rosário, EPE.



Hospital Distrital do Montijo

O Hospital Distrital do Montijo nasce de um projeto da Santa Casa da Misericórdia do Montijo para a construção de um edifício destinado a duas enfermarias, com lotação para dezasseis camas.

Em 2 de Maio de 1943, registou-se o lançamento da primeira pedra, tendo o Hospital sido inaugurado em 1947. Quatro anos depois, iniciaram-se obras de ampliação, que ficaram concluídas em 1954.



No dia 1 de Agosto de 1967, o Hospital passou a denominar-se por Hospital Concelhio do Montijo. Em 1976 foi integrado no Serviço Nacional de Saúde.

A 16 de Fevereiro de 1983, por despacho ministerial, foi elevado à categoria de Hospital Distrital, sendo dotado das respetivas valências básicas.

Articulação com as restantes entidades

Instituições hospitalares públicas

Localizado na Península de Setúbal, o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE, constitui, juntamente com o Centro Hospitalar de Setúbal EPE (CHS) e o Hospital Garcia de Orta EPE (HGO), a infra-estrutura hospitalar de apoio aos 781.983 cidadãos residentes na mesma área geográfica. O CHBM e o CHS estão dotados de um nível de diferenciação similar, enquanto o HGO é classificado como hospital central, concentrando a resposta mais diversificada, designadamente em urgência.



Cumprindo orientações da ARSLVT, no ano de 2016 os três hospitais da Península Setúbal mantiveram a metodologia de trabalho conjunto no sentido de otimizar os seus recursos, através do estudo de sinergias conjuntas visando obter situações mais vantajosas em matéria de concursos nas áreas dos Dispositivos Médicos, Medicamentos, Prestações de Serviço, MCDT'S e Tecnologias de Informação, designadamente, obtenção de melhores preços no mercado.

Instituições privadas

Na área de influência do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE, os cidadãos possuem uma oferta significativa em termos de consultórios e clínicas de ambulatório, tendo mais significado, a Clínica do Rosário, a Dimasul, IMI, o IRE e a União Mutualista Nossa Sra. da Conceição – Montepio, no Montijo.

Existem ainda duas Clínicas que operam na área dos cuidados nefrológicos, além de um significativo conjunto de pequenas clínicas e consultórios particulares, com uma oferta de relevo na área de influência do CHBM.

Neste momento e também por via de alargamentos de acordos com Subsistemas Públicos (por ex.: ADSE) ou com Seguradoras, encontram-se dois Hospitais Privados (Hospital de Santiago e o Hospital da Arrábida) com oferta ao nível do Internamento, actividade cirúrgica convencional e ambulatória, consultas externas, MCDT e atendimento permanente.

Cuidados primários

Os Centros de Saúde da área de influência do Centro Hospitalar estão organizados no Agrupamento de Centros de Saúde do Arco Ribeirinho, que inclui as Unidades de Saúde do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete. Neste Agrupamento foram constituídas as seguintes unidades funcionais:

- 6 Unidades de Saúde Familiares (USF)
- 7 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP)
- 4 Unidades de Cuidados na comunidade (UCC)
- 1 Unidade de Saúde Pública (USP)
- 1 Unidade de Recursos Assistenciais partilhados (URAP)

A ligação de complementaridade do CHBM com o ACES Arco Ribeirinho permite definir, concretizar e fazer evoluir de forma organizada os cuidados de saúde oferecidos à população residente na área de influência, através da cooperação que se visa e deseja aumentar.

Cuidados continuados

Relativamente à dotação de camas na Rede de Cuidados Continuados na área geográfica da abrangência do CHBM, EPE no ano de 2016 não se registaram alterações face a 2015, pelo que se mantiveram 36 camas de Unidade de Convalescença, 114 de Unidade de Média Duração e Reabilitação, 256 de Unidade de Longa Duração e Manutenção e 30 de Unidade de Cuidados Paliativos, das quais 10 camas instaladas no Hospital Nossa Senhora do Rosário.

Missão, visão e valores

Missão

O CHBM, EPE tem como missão a prestação de cuidados de saúde diferenciados a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das unidades hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Visão

Ser um hospital de excelência para a comunidade e uma referência nacional.

Valores

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Excelência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo Ambiente.

Orgãos Sociais

Conselho de Administração (até 2 de Novembro de 2016)

Presidente – João Manuel Alves da Silveira Ribeiro

Vogal – Mário de Figueiredo Bernardino

Vogal – Elsa Maria Baião Ferreira Airoso Banza

Directora Clínica – Elisabete Maria Farias Gonçalves Rodrigues

Enfermeira Directora – Luísa Maria Alves da Luz

Conselho Consultivo

Presidente – António Afonso Reynaud de Melo Pires

Fiscal Único

ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associado, SROC

ROC – José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues (RCM nº 161/2006)

Conselho de Administração (a partir 3 de Novembro de 2016)

Presidente – Pedro Nuno Miguel Baptista Lopes

Vogal – Sónia Maria Alves Bastos

Vogal – Eduardo Manuel Rodrigues

Director Clínico – Luís Filipe Pereira dos Santos Pinheiro

Enfermeiro Director – António Manuel Silva Viegas

Conselho Consultivo

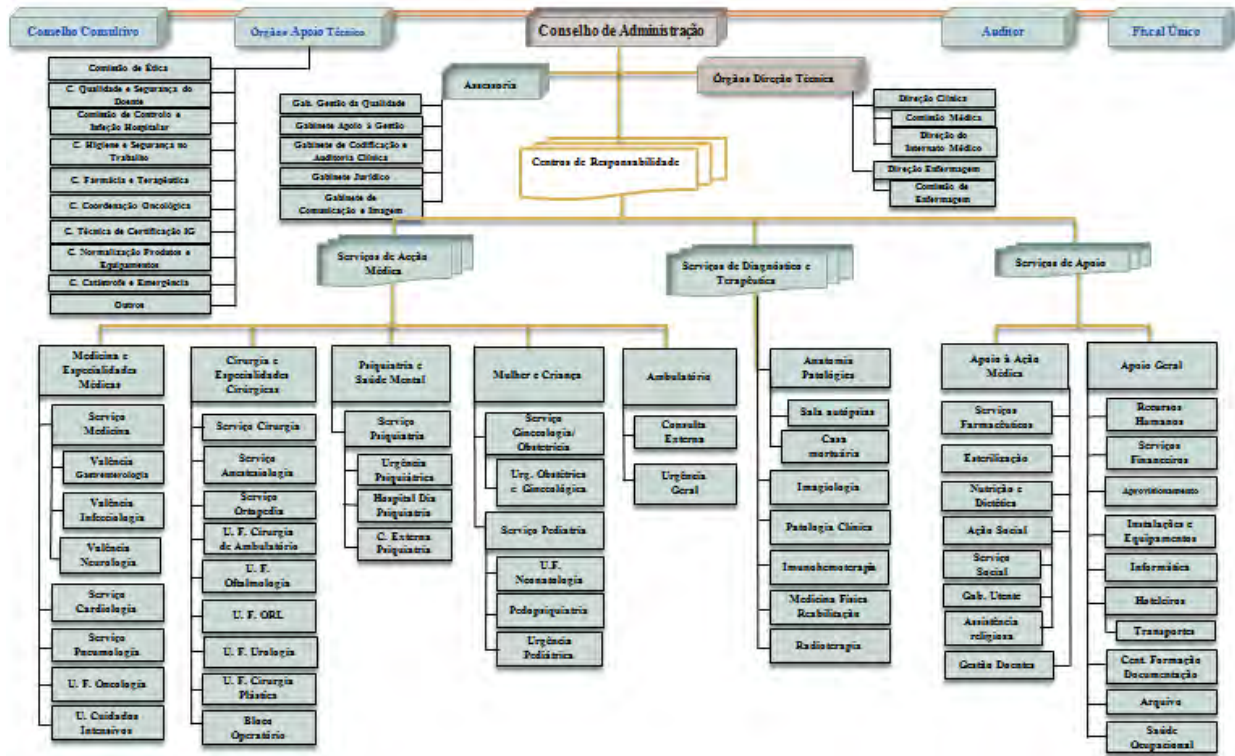
Presidente – António Afonso Reynaud de Melo Pires

Fiscal Único

ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associado, SROC

ROC – José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues (RCM nº 161/2006)

Estrutura Organizacional



A envolvente interna

O Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE praticou em 2016 uma lotação média de 351 camas, abrangendo uma área de influência de 215.497 habitantes, segundo a publicação do Instituto Nacional de Estatística (INE), com base nas estimativas anuais da população residente. Proporciona resposta à procura de cuidados de Saúde de utentes proveniente essencialmente dos concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete.

No caso da Radioterapia e no cumprimento da rede de referência definida, dá resposta a doentes provenientes ainda do Centro Hospitalar de Setúbal, Hospital Garcia de Orta e Hospital de Vila Franca de Xira. Pontualmente, recebe ainda doentes provenientes do Instituto Português de Oncologia de Lisboa, entre outros.



Em actividade permanente mantém:

- Um Serviço de Urgência Básica e um Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica (Urgência Geral, Pediátrica e Obstétrica/Ginecológica);
- Bloco Operatório e Bloco de Partos;
- Serviços de Internamento (incluindo a Unidade de Cuidados Paliativos da RNCCI);
- Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica nas áreas de Imagiologia, Imunohemoterapia e Patologia Clínica;
- Serviços Farmacêuticos.

Em horário diurno funcionam:

- Consulta Externa;
- Unidade de Técnicas Endoscópicas;
- Unidade Oncológica (com atendimento não programado para doentes em regime de quimioterapia até às 20h);
- Hospitais de Dia de Oncologia, Infeciologia, Diabetologia, Auto-Imunes, Pneumologia, Urologia, Pediatria, Imunohemoterapia, Gastroenterologia e Psiquiatria;
- Medicina Física e Reabilitação;
- Anatomia Patológica;
- Unidade de Radioterapia;
- Unidade de Cirurgia do Ambulatório;
- Apoio Domiciliário em Cuidados Paliativos.

No Hospital do Montijo funciona a Unidade de Cirurgia do Ambulatório, o Serviço de Urgência Básica, bem como um conjunto diversificado de consultas de especialidade e meios complementares de diagnóstico e terapêutica e uma unidade de internamento de Medicina Interna.

No final de 2016 foi criada uma nova área de internamento, para o período de contingência do Inverno 2016/2017, que acolheu doentes com alta clínica e a aguardar colocação na Rede Nacional de Cuidados Continuados, provenientes do Centro Hospitalar de Setúbal, Hospital Garcia de Orta e também doentes do CHBM.

No Quadro seguinte apresentam-se as especialidades/valências existentes no Centro Hospitalar:

Áreas	Internamento		Cons. Externa		Urgência		Hosp. Dia		MCDT		
	Barreiro	Montijo	Barreiro	Montijo	Barreiro	Montijo	Barreiro	Montijo	Barreiro	Montijo	
I	Med. Interna	Med. Interna	Med. Interna	Med. Interna	Urg. Médico-Cirúrgica		Diabetologia				
			Infecçologia								
	Gastroenterologia		Gastroenterologia						Gastroenterologia	Gastroenterologia	
			Dermatologia								
	Cardiologia		Cardiologia	Cardiologia						Cardiologia	
	Pneumologia		Pneumologia	Cons. Tuberculose					Pneumologia	Pneumologia	
	Isolamento										
	Neurologia		Neurologia							Neurologia	
	Oncologia		Oncologia						Oncologia		
	UCI		Follow-up UCI								
II	Cir. Geral		Cir. Geral	Cir. Geral	Urg. Médico-Cirúrgica	Urg. Básica					
	Ortopedia		Ortopedia	Ortopedia							
	Urologia		Urologia	Urologia					Urologia	Urologia	
	Oftalmologia		Oftalmologia	Oftalmologia						Oftalmologia	
	ORL		ORL							ORL	
	Cir. Plástica		Cir. Plástica	Cir. Plástica							
				Cir. Pediátrica							
	Senologia		Senologia			Senologia					
			Anestesia/Dor	Anestesia							
III	Ginecologia		Ginecologia		Urg.ª Gin/Obst				Ginecologia		
	Obstetria		Obstetria						Obstetria		
	Pediatria		Pediatria	Pediatria	Urg.ª Pediatria		Pediatria	Pediatria			
			Pedopsiquiatria								
IV	Psiquiatria		Psiquiatria	Psiquiatria	Urg.ª Médico-Cirúrgica		Psiquiatria	Psiquiatria			
	Unid. Int. Curta Duração										
			Psicologia Clínica								
V			Imunoterapia		Imunoterapia		Imunoterapia		Imunoterapia		
			Medicina Física e Reabilitação	Medicina Física e Reabilitação				Medicina Física e Reabilitação	Medicina Física e Reabilitação		
			Radio terapia					Radio terapia			
								Anatomia Patológica			
					Patologia Clínica			Patologia Clínica	Patologia Clínica		
				Imagiologia			Imagiologia	Imagiologia			

Conforme referido anteriormente, funciona na estrutura física do CHBM, no Hospital do Barreiro, uma Unidade de Cuidados Paliativos, integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados, com uma lotação de 10 camas.

O Centro Hospitalar assegura ainda Apoio Domiciliário, na especialidade de Psiquiatria.

No ano de 2015 foi criada a Equipa Domiciliária de Cuidados Paliativos-Barreiro Montijo (UDCP-BM) - Projecto ACOMPANHAR, no âmbito de uma parceria com o ACES e promovido pela Gulbenkian, tendo acompanhado 44 doentes durante ao ano de 2016.

Na área da urgência geral está implementado o modelo de triagem de Manchester, com o objectivo de qualificar o tipo de doentes que acede a esta estrutura de cuidados, para que a assistência prestada seja concretizada em função do estado clínico do doente e não

observando somente o critério da ordem de chegada. O mesmo modelo de triagem foi também implementado na Urgência Básica do Hospital do Montijo.

No decurso do processo de reorganização das Urgência Metropolitana de Lisboa, o apoio psiquiátrico e das especialidades de ORL e Oftalmologia à urgência do CHBM, foi alterado, passando a ser assegurado diariamente com atendimento nos dias úteis entre as 8:00 e as 20:00 horas.

Na área dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, o CHBM mantém um Protocolo com a Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, utilizado primordialmente pelos utentes inscritos no ACES Arco Ribeirinho, disponibilizando aos mesmos o acesso protocolado a um conjunto de técnicas, na área da Anatomia Patológica (designadamente Citologia, Cardiotocografia Fetal, Ecografias Morfológicas) e a realização de tratamentos de Medicina Física e Reabilitação.

Dispõe do ciclo completo de intervenção ao nível oncológico, com cirurgia especializada, Quimioterapia e Radioterapia, referenciando em outras especialidades, os doentes que o necessitem, de acordo com as Redes de Referência estabelecidas.

2. Actividades desenvolvidas para consecução do plano

Os desafios existentes no ano 2016, no domínio da gestão financeira, confrontaram o CHBM com a necessidade de obtenção de um rigoroso equilíbrio entre a definição de objectivos estratégicos na vertente assistencial e a racionalização dos recursos humanos e materiais, sem negligenciar a aquisição dos meios técnicos indispensáveis à prestação de cuidados de saúde, em conformidade com normas de qualidade pré definidas.

Assim, a atividade desenvolvida ao longo do ano transacto centrou-se nos seguintes objectivos:

Melhoria da eficiência organizacional

- Incremento da atividade cirúrgica programada (+ 8.9% 2016/2015), tendo em vista a melhoria das limitações existentes no acesso a intervenções cirúrgicas;
- Rentabilização da Unidade de Cirurgia do Ambulatório, foram privilegiados os cuidados prestados em ambulatório, incentivando-se a transferência de cuidados do internamento que resultou num aumento em cerca de 12,5% entre 2016 e 2015;
- Articulação entre o Hospital e o ACES do Arco Ribeirinho, através de medidas que permitissem uma maior eficiência na prestação de cuidados, com o desígnio da facilitação da integração e continuidade de cuidados. A presente articulação materializou-se através da gestão integrada do plano de contingência do frio/calor, bem como através da criação de uma comissão mista para a diabetes e projecto comunitário em saúde mental constituído por 3 equipas;

- Promoção da complementaridade e da actividade multidisciplinar dos cuidados hospitalares na Península de Setúbal, em que estão envolvidos os 3 Hospitais/Centros Hospitalares da Península de Setúbal, no sentido de uma melhor articulação e gestão optimizada das estruturas assistenciais e de gestão. Neste âmbito, destacam-se os seguintes projectos:
 - ✓ Até Setembro de 2016, existiu uma articulação na área da Pedopsiquiatria, no sentido de referenciação correcta e atempada dos utentes do CHBM para o HGO. A partir de Outubro o CHBM passou a ter um médico de Pedopsiquiatria que articula com o HGO;
 - ✓ Desenvolvimento de Protocolos de Prescrição nas áreas de HIV;
 - ✓ Definição de Planos de Contingência para as Temperaturas Extremas, tendo em vista assegurar uma vigilância dos fenómenos de saúde/doença, com especial incidência nos períodos de maior probabilidade de ocorrência de temperaturas extremas (ondas de calor e vagas de frio), os quais podem ter repercussões negativas na saúde das populações;
 - ✓ Criação de uma Unidade de Contingência (Medicina Interna) no Hospital do Montijo, para apoio aos hospitais da Península de Setúbal, no âmbito dos Planos de Contingência para as Temperaturas Extremas 2016/2017;

- Continuidade da política de desenvolvimento do Processo Clínico Electrónico do CHBM através do incremento dos registos electrónicos, que suportam o fluxo de informação gerado pelos profissionais de saúde do Hospital, quer sejam médicos, enfermeiros, técnicos ou auxiliares, interligando todos os intervenientes no processo de prestação de cuidados de saúde. Destacam-se neste âmbito os seguintes projectos:
 - ✓ Desenvolvimento do TEMS-Portal do SNS-tempos de urgência (nacional);
 - ✓ Implementação da actualização global da aplicação de prescrição interna;
 - ✓ Projecto de Migração do mail interno para a cloud - Office365 com migração das contas de mail;
 - ✓ Projecto SAO-Sistema de Alerta de Oncologia (em desenvolvimento aplicativo interno);
 - ✓ Implementação da rede wi-fi utente projecto com a SPMS;
 - ✓ Implementação do novo sistema de backup do Datacenter do CHBM;
 - ✓ Projecto Nacional da RSP (receita sem papel).

Sustentabilidade Económico Financeira

- Manutenção das negociações para a aquisição conjunta de medicamentos, material de consumo clínico, roupa e MCDT, tendo em vista a constituição de volumes de aquisição que impliquem contrapartidas financeiras favoráveis para os vários Hospitais da Península de Setúbal;
- Continuação de redução de preços obtidos por resultado dos procedimentos contratuais e da negociação junto dos fornecedores de bens e serviços para uma política de contenção de consumos.

Qualidade

- O Serviço de Pediatria e a Unidade de Oncologia foram acreditadas, em outubro de 2016, pela Direção-geral de Saúde (DGS), em conformidade com o Modelo de Acreditação da Agencia de Calidad Sanitaria de Andalucía (ACSA). Este modelo, aprovado pelo Ministério da Saúde Português, foi adotado pela DGS por ser o que melhor se adapta aos critérios definidos na Estratégia Nacional para a Qualidade em Saúde e por ser um modelo consolidado e reconhecido, concebido para um sistema público de saúde, de organização semelhante ao português e destinatários idênticos em termos demográficos e epidemiológicos.
- O Centro Hospitalar Barreiro Montijo renovou a sua certificação como “Hospital Amigo dos Bebés”, em setembro de 2016. Há apenas 16 entidades do Serviço Nacional de Saúde com este título. Esta certificação reconhecida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) tem como objetivos intervir na melhoria de cuidados e na organização dos serviços, bem como ter um impacto direto no aumento da taxa de aleitamento materno nos primeiros meses de vida da criança.
- O Centro Hospitalar Barreiro Montijo foi distinguido com a classificação máxima de “Excelência Clínica” nas áreas de Ortopedia (Tratamento cirúrgico da fratura proximal do fémur) e Cirurgia de Ambulatório, bem como no procedimento de “Focalização no Utente”, no âmbito do projeto Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) da Entidade Reguladora da Saúde (ERS). O módulo SINAS@Hospitais conta com a participação de 161 prestadores de cuidados de saúde de natureza hospitalar, dos setores público, privado e social, que voluntariamente se submeteram à avaliação.
- O protocolo para o funcionamento de uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) no Centro Hospitalar Barreiro Montijo foi assinado, no dia 12 de abril, entre esta Instituição e o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM). A viatura, está sediada no Hospital de Nossa Senhora do Rosário, tendo iniciado funções pelas 00h00 do dia 11 de Abril e no ano de 2016 sido accionada 1.623 vezes.
- O Serviço de Esterilização foi alvo de obras de remodelação, com o objetivo de melhorar a prestação de cuidados. Este novo espaço físico, que iniciou funções em novembro de 2016, garante a existência de um ambiente controlado, de

equipamentos e circuitos adequados ao cumprimento das normas sobre reprocessamento e descontaminação de dispositivos médicos, do controlo da infeção hospitalar, incluindo um novo equipamento que permite esterilizar a baixa temperatura.

- O Centro Hospitalar Barreiro Montijo dispõe de um novo site, desde 1 de setembro de 2016, que foi desenvolvido internamente pelo Serviço de Sistemas de Informação e pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, sendo uma plataforma mais moderna, intuitiva e dinâmica.

Aprendizagem e desenvolvimento

Conferências e Congressos

- Equipa de Diabetes Pediátrica do Centro Hospitalar Barreiro Montijo realizou o VI Encontro da Escola e a Diabetes Tipo 1, no dia 6 de Janeiro de 2016, no auditório do Hospital Nossa Senhora do Rosário;
- Encontros regionais, abordagem do nódulo tiroideo, a 21 de Janeiro de 2016;
- Encontros regionais – Disfunção erétil, a 24 de Março de 2016;
- Encontros regionais – Avaliação inicial da demência, a 30 de Março de 2016;
- Dia 19 de abril de 2016 decorreu uma formação de formadores sobre "SCLínico versão normalização registos de Enfermagem";
- Encontros regionais – Tratamento da dor, em 6 de Abril de 2016;
- Os Encontros Regionais do Centro Hospitalar Barreiro Montijo e ACES Arco Ribeirinho, realizaram-se em Maio de 2016;
- Sessão Clínica - Infeção VIH e Doença Cardiovascular. A sessão clínica realizou-se no dia 2 de Setembro, no Auditório do Centro Hospitalar Barreiro Montijo;
- O Serviço Social do CHBM promoveu no passado em Outubro uma conferência para refletir sobre a ética do cuidado com o tema “Cuidar o Futuro”;
- O CHBM em parceria com o ACES Arco Ribeirinho realizaram as III Jornadas do Dia Mundial da Diabetes no dia 8 de Novembro no Auditório Municipal Augusto Cabrita no Parque da Cidade do Barreiro;
- A edição de 2016 das “Manhãs de trabalho da Pediatria” tiveram como tema "Agir em pediatria: da prevenção ao tratamento", realizou-se em Novembro no auditório do CHBM;
- “Os sem-abrigo e as boas práticas do serviço social em saúde” foi o tema em discussão no workshop organizado pelo Serviço Social do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, que aconteceu em Novembro de 2016;
- “Olhos Postos na Diabetes” realizou-se em dezembro no Auditório Hospital Nossa Senhora do Rosário, tendo sido uma manhã de trabalho com utentes e familiares do Centro Hospitalar Barreiro Montijo e ACES Arco ribeirinho;
- Em dezembro de 2016 realizou-se o 2º Curso de Atualização em Gastroenterologia com o objetivo de partilhar conhecimentos e divulgar mudanças que têm ocorrido

nesta especialidade, desde o manejo de lesões gástricas precoces, às novas terapêuticas biológicas na doença inflamatória ou aos novos tratamentos da hepatite C entre muitos outros temas;

- Em Janeiro de 2016, iniciaram o internato médico do ano comum 41 internos;
- Em 2016 existiam 53 internos de especialidade.

Workshops

- Infecção associada aos cuidados de saúde, em Janeiro de 2016;
- Prevenção de riscos profissionais em ambiente hospitalar, em Fevereiro, Março e Maio de 2016;
- Controle da Hemorragia: Papel dos concentrados de factores, em Fevereiro de 2016;
- Workshop em tabelas dinâmicas em Excel, em Março de 2016;
- Uso Seguro do Medicamento, em Maio de 2016;
- Prescrição para Ambulatório Interno, em Maio de 2016;
- O papel do Assistente Operacional: Controlo de Infecções hospitalares, em Junho de 2016;
- Comunicação, atendimento e relações interpessoais, em Junho de 2016;
- O processo de investigação de iniciado a perito, em Junho de 2016;
- Plano de Segurança – Prevenção e actuação em caso de incêndio, em Junho e Setembro de 2016;
- Comunicação Interna e Externa, em Junho de 2016;
- Comunicação de más notícias, em Julho de 2016;
- Efeitos do Reiki nos profissionais de saúde, em Julho de 2016;
- Terapias complementares na prevenção do burnout, em Setembro de 2016;
- Formação inicial de Assistentes Operacionais, em Setembro de 2016;
- Sistema de Alerta Oncológico, em Setembro de 2016;
- Atendimento ao público, em Setembro de 2016;
- Curso de Esterilização, em Setembro de 2016;
- Suporte básico de vida, em Outubro e Dezembro de 2016;
- Cuidados de enfermagem na colocação, manutenção e remoção do cateter venoso central no adulto e idoso, em Outubro de 2016;
- Técnicas de comunicação, em Outubro de 2016;
- Acção Disciplinar dos trabalhadores em Função Pública, em Novembro de 2016;
- Resíduos Hospitalares, em Novembro e Dezembro de 2016;
- Transição Norma ISO9001/2015, em Novembro de 2016;
- Antibioterapia, em Novembro de 2016.

3. Actividade assistencial

No ano de 2016 verificaram-se aumentos de actividade em várias linhas de produção relativamente aos resultados alcançados no período homólogo, designadamente ao nível do Internamento, actividade cirúrgica programada convencional e ambulatória, Hospitais de Dia – Outros, Visitas Domiciliárias e Urgência (aumentos na Urgência Geral e Pediátrica), o que neste caso representa uma inversão da tendência de redução evidenciada nos anos anteriores.

Em sentido inverso, verificaram-se reduções na actividade das linhas de produção da Urgência Básica e Obstétrica/Ginecológica, Hospitais de Dia, Consulta Externa, tratamentos Radioterapia e Cirurgia Urgente.

À semelhança do ano anterior, foi um ano marcado pela dificuldade sentida em garantir os Recursos Humanos médicos, sobretudo ao nível da especialidade de Anestesia, pilar fundamental para o garante do desenvolvimento da actividade cirúrgica convencional e ambulatória, com implicações na actividade dos serviços cirúrgicos, mas também da área médica (por ex.: ao nível da capacidade de anestesia para a realização de exames de diagnóstico e terapêutica de Gastreenterologia, como são as CPRE's).

Igualmente, a necessidade verificada de implementação dos Planos de Contingência para as temperaturas extremas (frio e calor) geram impactes ao nível da organização física e da actividade programada dos serviços, com maior evidência na área médica, que garante o acompanhamento destes doentes, representando um afluxo anormal e acréscimo da actividade assistencial designadamente ao nível do internamento.

Consultas Externas

Na análise da actividade desenvolvida apenas no âmbito das Consultas Externas Médicas, no ano de 2016 realizaram-se 176.046 consultas, das quais 42.140 primeiras consultas e 133.906 consultas subsequentes, apurando-se uma taxa de acessibilidade de 23,9%.

Comparando a atividade realizada em 2015 com o período homólogo, constata-se uma redução global de 1.3% no total das consultas realizadas, registando-se decréscimo nas primeiras consultas (-1.8%) e nas consultas subsequentes (-1.1%)

Numa análise mais detalhada regista-se aumentos de actividade face ao período homólogo em 12 especialidades e redução em outras 12 especialidades. Assim:

- Registaram-se aumentos de produção face ao executado no ano anterior as especialidades de Cardiologia, Gastro, Oncologia, Urologia, Cirurgia Pediátrica, Senologia, a ORL, a Psiquiatria, Pediatria, a Anestesia, a Radioterapia e a Medicina do Trabalho.



- Em sentido contrário, ficaram as especialidades de Medicina Interna, Dermatologia, Neurologia, Pneumologia, Cirurgia Geral, Ortopedia, Ginecologia, Oftalmologia, Cirurgia Plástica, Obstetrícia, a Imunohemoterapia e a Medicina Física e Reabilitação.

Quando se analisa a actividade desenvolvida na Consulta Externa ao longo dos últimos três anos, verifica-se que no ano de 2016 o volume de consultas se aproximou dos em 2014.

Gráfico – Consultas Médicas realizadas 2014/2016



Realizaram-se, também no ano de 2016, 24.929 consultas não médicas, das quais 15.241 Consultas de Enfermagem, 7.057 de Psicologia e 2.631 de Nutrição, o que no global destas consultas representa um aumento face ao período homólogo de 39.6% (17.852 em 2015).

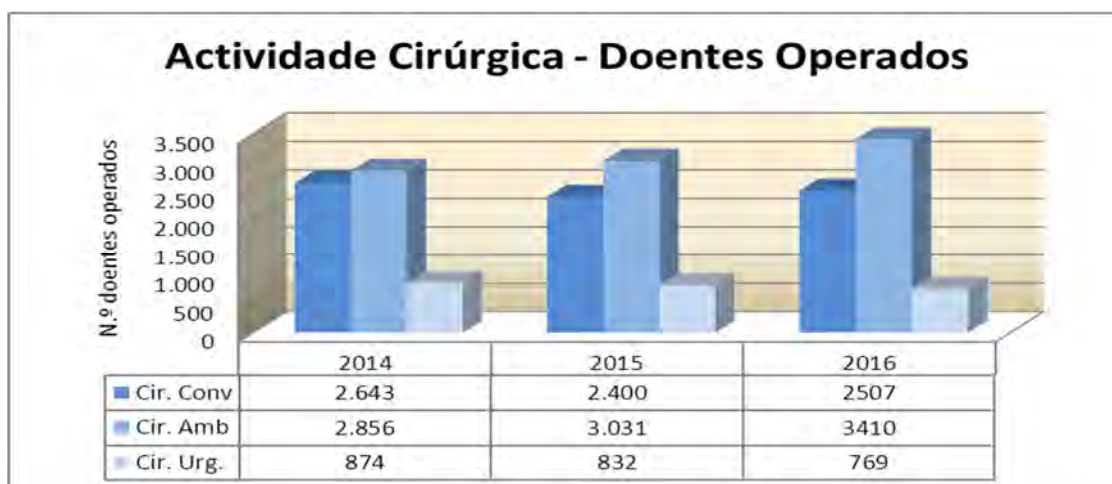
No total das Consultas Externas (médicas e não médicas), o Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE realizou, no ano de 2016, 200.975 consultas, evidenciando um aumento total de 2.5% face a 2015.

Actividade Cirúrgica

No período em análise, foram intervencionados no Centro Hospitalar 6.686 doentes, dos quais 2.507 em cirurgia convencional, 3.410 doentes em cirurgia do ambulatório e 769 doentes operados em Urgência. A actividade cirúrgica programada totalizou 5.917 doentes operados, ficando o peso da cirurgia do ambulatório no total da cirurgia programada em 57.6%, valor 1.8 pontos percentuais acima do resultado do período homólogo, demonstrando a importância cada vez maior da actividade cirúrgica de ambulatório no CHBM.



Gráfico – Actividade Cirúrgica realizada 2014/2016



Apesar de se manter a dificuldade do CHBM em recrutar novos médicos e cirurgiões, designadamente na especialidade de Anestesia (determinante para a actividade cirúrgica), o CHBM conseguiu desenvolver um conjunto de iniciativas que permitiram a contratação em regime de prestação de serviços de mais especialistas. Esse incremento de tempo médico, a par de estratégias de rentabilização do bloco operatório e de eficiências dos serviços cirúrgicos, permitiu registar um aumento de 8.9% na actividade cirúrgica em 2016 face à actividade de 2015. Registaram-se aumentos tanto na cirurgia convencional (+4.5%), como na cirurgia de ambulatório (+12.5%), voltando a reforçar-se o peso da cirurgia do ambulatório no total da actividade cirúrgica programada.

Quando analisada a actividade desenvolvida por cada especialidade comparando 2016 com o período homólogo, verifica-se que as especialidades de Cirurgia Geral, Cirurgia Pediátrica, Oftalmologia, ORL e Urologia aumentam o n.º de doentes operados, estando as restantes especialidades abaixo dos valores apresentados no período homólogo.

Internamento

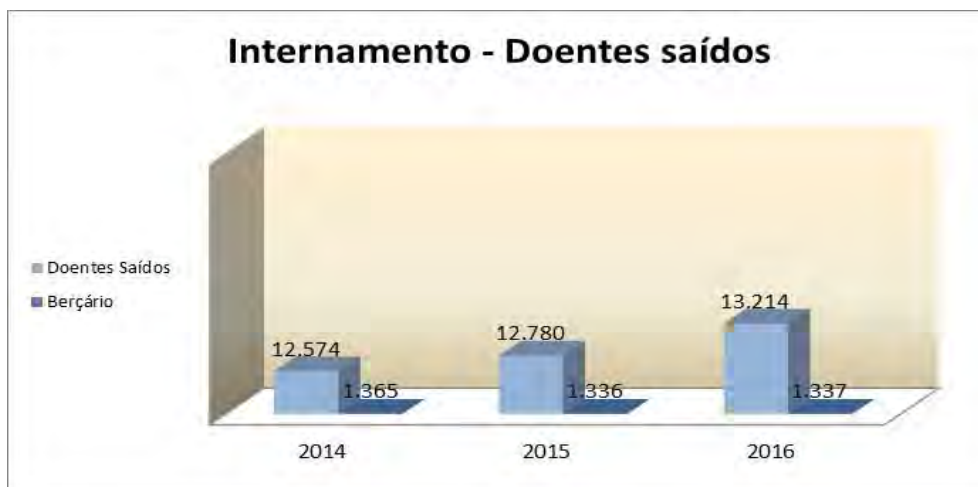
A análise da atividade do Internamento é realizada com base no número de doentes saídos, incluindo a atividade médica, cirúrgica e o berçário.

No ano de 2016, Centro Hospitalar praticou uma lotação média de 351 camas, acrescidas de 25 camas de berçário, registando uma taxa de ocupação de 88.5% (85.3%, sem o Berçário). Registaram-se 13.214 doentes saídos, acrescidos de 1.337 altas do Berçário, o que totalizou 14.551 doentes com alta, traduzindo um ratio de 39.5 doentes tratados por cama (incluindo o Berçário). A demora média foi de 8,7 dias, incluindo o Berçário, este indicador resulta em 8,1 dias.



Apresenta-se em seguida o número de doentes saídos nos últimos três anos:

Gráfico – Evolução número de doentes saídos: 2014/2016



Face ao ano anterior, o movimento registado no Internamento representa um aumento de 3.1% no número de doentes saídos, com aumento da demora média em 0,1 dias.

Gráfico – Evolução taxa de Ocupação, demora média e lotação: 2014/2016



Considerando a evolução dos indicadores de demora média, taxa de ocupação e lotação, verifica-se a estabilização da lotação média praticada nos últimos dois anos (352 camas em 2015, 351 em 2016) e um ligeiro agravamento da demora média, que passa de 8,6 dias em 2015 para 8,7 dias em 2016. Este indicador tem vindo a reflectir a situação da permanência hospitalar de doentes com alta clínica, mas a aguardar resposta para a continuação de cuidados, designadamente por parte da RNCCI e para estruturas na comunidade que apoiam doentes sociais.

Em 2016 manteve-se a tendência constatada já anteriormente verificada de agravamento do estado global dos doentes internados, sobretudo os admitidos pela urgência, com idades mais avançadas, maior número de co-morbilidades e maiores dependências. Este cenário traduziu-se num aumento significativo no número de doentes atendidos na urgência e triados

com a cor amarela do protocolo de triagem de Manchester, bem como dos doentes sinalizados para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

No decorrer do ano de 2016 foram sinalizados para a RNCCI 890 doentes (mais do que em 2015, que apenas foram 771), dos quais 447 foram referenciados (ou seja apenas mais 4 doentes que em 2015).

De facto, a assunção do processo a partir da sinalização do doente, em 2015, fez aumentar de forma significativa a média de doentes por mês com processo activo na EGA, por via da sinalização. No entanto, quando se avalia a média mensal dos doentes efetivamente referenciados em 2016, que se cifrou em 39,8 doentes, verifica-se próxima da média de 2014, quando o processo estava centrado na referenciação no ano de 2016

Avaliando a sinalização realizada tendo em conta as tipologias de cuidados e reportando ao ano de 2016, o maior volume da sinalização manteve-se para a Tipologia de Média Duração e Reabilitação, que ascende a 39,2% do total dos doentes dos doentes sinalizados, mas assiste-se a um forte aumento do peso da sinalização para a tipologia de Convalescença, que vem de 19,1% em 2015 para 32,1% em 2016, em detrimento da sinalização para a ECCI, que representou 11,1%, contra 23,7% no ano anterior.

Do mesmo modo, importa aferir a capacidade de resposta em termos de colocação dos doentes referenciados que a RNCCI apresentou ao longo destes 9 anos. Para tal, apresenta-se o Gráfico 7, verificando-se uma ligeira diminuição da capacidade de colocação em 2016, face a 2015, passando de 57,9% para 57.5%

A tipologia que apresentou maior capacidade de resposta ao longo do ano de 2016 foi a ECCI, seguida pela Média Duração e Reabilitação e pelos Paliativos. Globalmente, a tipologia de cuidados com menor capacidade de colocação foi, em 2016, a de Longa Duração e Manutenção, tal como já o havia sido em 2015, mas de forma bastante mais evidente (2015 foi de 41,3%, em 2016 caiu para 9,8%).

Esta situação é especialmente penalizadora para a atividade do hospital, quer em termos de aumento de demora média, como de custos de dias de internamento não justificáveis clinicamente em hospital de agudos. Deve ainda realçar-se que se constata muitas vezes a recusa dos familiares em assumirem o regresso do doente ao seu domicílio, enquanto se aguarda resposta da RNCCI, sendo este um ponto crítico e merecedor de reflexão superior, visando alteração do atual enquadramento legal de responsabilização das famílias.

O CHBM confronta-se ainda com frequência com situações sociais, que extravasam o seu âmbito de atuação e missão, e para as quais não tem meios para encontrar resposta. De facto, nem sempre os utentes se deslocam ao Hospital e permanecem por motivos relacionados com a prestação de cuidados de saúde, mas sim porque não é possível solucionar problemas sociais noutras sedes. Para tal contribui o facto de, tendo em conta o perfil assistencial definido, este Centro Hospitalar funcionar em contínuo e ter uma porta aberta para os utentes 24 h por dia, recebendo cidadãos para os quais os serviços judiciais e

de segurança social não encontram outro apoio, promovendo assim o desvio dos recursos disponíveis para tratamento e diagnóstico para outros fins que não estritamente de saúde.

Para efeitos de demonstração do impacto do prolongamento das altas hospitalares por motivos de dificuldade de resposta da RNCCI, bem como de dificuldades de colocação por motivos sociais, apresenta-se em seguida quadro com o número de doentes com alta protelada no ano de 2016, bem como demora média do Hospital ajustada, após dedução dos dias de internamento indevido, por motivos não clínicos.

Cálculo Demora Média Ajustada - expurgados os dias de Internamento Prolongado		
	2015	2016
Total de Doentes saídos (sem berçário) do CHBM	12.780	13.214
Total Doentes saídos com alta clínica protelada por motivos de espera para entrada na RNCCI	184	296
Total de Doentes saídos com alta clínica protelada por motivo de espera para entrada noutra tipo de Instituição	42	20
Doentes saídos com alta clínica protelada outros motivos a)	36	22
Total doentes saídos com alta protelada	262	338
% Doentes com protelamento de alta no total dos Doentes Saídos	2,1%	2,6%
Total Dias de Internamento (Doentes Saídos e sem berçário)	110.234	114.622
Total de Dias de Internamento prolongado (após alta clínica)	8.844	9.837
% Dias Internamento por protelamento no total dos Dias de Internamento	8,02%	8,58%
Demora Média	8,6	8,7
Demora Média ajustada (Dias Internamento sem prolongamento/Doentes Saídos)	7,93	7,93

a) Doentes com problemas sociais ou sem condições de regresso ao domicílio, sem apoio

Em suma, em 12.780 doentes saídos no ano de 2016, 338 (2,6%) permaneceram no Hospital para além da alta clínica, 296 a aguardar vaga na RNCCI e 20 para outras Instituições (lares, centros de acolhimento, entre outros), sendo que a demora média do hospital, sem estes dias de internamento indevidos, seria de 7,93 dias e não de 8,7 dias e, portanto, ter-se-ia mantido a demora média total do CHBM.

Hospital de Dia

A actividade desenvolvida em Hospital de Dia registou 25.358 sessões, das quais 3.064 de Infecçologia, 6.213 de Psiquiatria, 1.285 de Imunohemoterapia, 1.507 de Pneumologia, 847 de Pediatria, 6.564 de Oncologia (com e sem Quimioterapia) e 5.878 em Outros Hospitais Dia (que inclui Auto-Imunes, Diabetologia, Gastreenterologia e Urologia).



Gráfico – Comparação Atividade Hospitais de Dia realizada 2014/2016



A linha de produção de Hospitais de Dia apresenta uma redução em 2016 de 2.6% face a 2014, sendo que apenas os HDI de Urologia, Auto-Imunes e Gastrenterologia aumentam expressivamente a sua atividade.

Todavia deve ser evidenciado que o registo estatístico das sessões de hospital dia tem decrescido, pelo facto de esta actividade ter passado a ser registada como GDH médico de ambulatório.

Urgência

Registámos 146.196 episódios de Urgência no ano de 2016, dos quais 36.008 na Urgência Pediátrica, 8.942 na Urgência Obstétrica e Ginecológica, 70.297 na Urgência Geral e 30.949 na Urgência Básica.



Comparando com o ano anterior, a atividade da Urgência regista um aumento de 3.6%, com aumentos na Urgência Geral (6.3%) e na Urgência Pediátrica (6.1%), apresentando reduções na a Urgência de Obstetrícia/Ginecológica (-1.2%) e na Urgência Básica (-3.4%)

Gráfico – Comparação Actividade da Urgência realizada 2014/2016



O quadro seguinte mostra a análise do número de episódios atendidos na Urgência Geral de 2016 face ao período homólogo:

Doentes atendidos por cor de triagem

	Peso relativo (%) em 2015	Peso relativo (%) em 2016	Variação (%)
Vermelho	0,70%	0,47%	-45,94%
Laranja	11,20%	12,46%	15,00%
Amarelo	52,98%	54,62%	5,92%
Verde	29,11%	26,97%	-4,69%
Azul	0,66%	0,59%	-9,45%
Branco	5,34%	4,86%	-6,73%
Não triado	0,01%	0,03%	80,00%
Total	100%	100%	2,99%

Verifica-se um aumento do número de utentes atendidos, bem como uma redistribuição da tipologia dos episódios. Assim, considerando a informação relativa à Triagem de Manchester, verificou-se no último ano um decréscimo dos doentes triados com prioridade clínica verde, azul e branca, sendo que o aumento global dos atendimentos tem uma relação direta com o aumento dos doentes triados com cor laranja e amarela.

Radioterapia

Desde que o Serviço de Radioterapia começou a ser concebido que sempre se procurou, dentro das capacidades financeiras disponíveis e defendendo a racionalidade de gestão, dotá-lo de equipamentos e técnicas que permitissem dar a melhor e mais atempada resposta aos doentes aqui tratados. Prova disso foi a entrada em funcionamento do 2.º Acelerador Linear em 2010, que foi adquirido numa perspectiva de procura de diferenciação técnica do Serviço no curto e médio prazo, visando proporcionar respostas revestidas de maior acuidade técnica, que permitissem atingir resultados melhores, mais dirigidos, precisos, e, com maior qualidade.

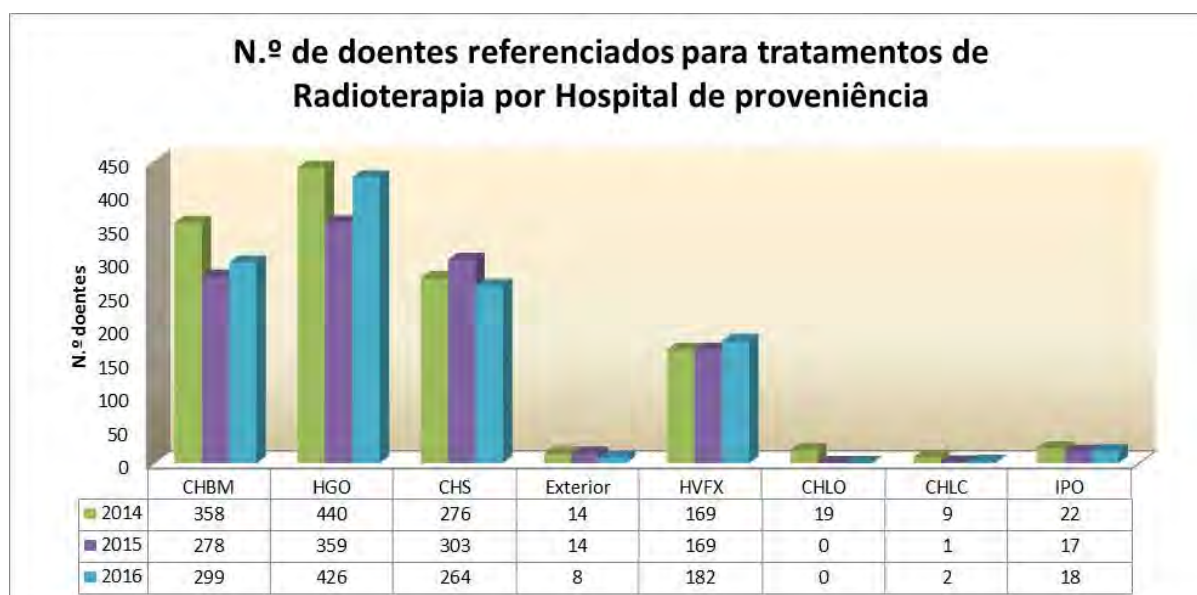


O Serviço de Radioterapia do Centro Hospitalar Barreiro Montijo iniciou em Agosto de 2016 o tratamento de Radioterapia de Intensidade Modulada (IMRT), passando a dispor de mais uma técnica especial que se vem juntar à já existente Radioterapia Estereotaxia Corporal (SBRT). A técnica de IMRT permite maior conformação de dose, à obtida com técnica de Radioterapia 3D atualmente existente no Serviço, nomeadamente em volumes-alvo côncavos ou com outros formatos de maior complexidade, possibilitando a limitação de dose de radiação aos tecidos sãos adjacentes, ao volume de tratamento e permitindo uma escalada de dose no tumor. Trata-se de uma técnica complexa e de elevada precisão, que requer um elevado controlo de qualidade ao longo das diferentes etapas até ao tratamento do doente. As principais indicações de IMRT são para tumores próximos de estruturas de risco com dose de tolerância comprometida, volumes de tratamento complexos e re-irradiações.

Como já referido, o Serviço de Radioterapia dá resposta à procura de doentes provenientes do próprio CHBM, do Centro Hospitalar de Setúbal e do Hospital Garcia de Orta, tendo estes representado 82.5% dos doentes referenciados em 2016 (989 doentes, dos 1.199 doentes no total). Somando a estes valores os doentes referenciados pelo Hospital de Vila Franca de Xira, que está igualmente integrado na Rede de referência do CHBM, apura-se 97.7% dos doentes tratados. Marginalmente, o Serviço de Radioterapia recebe também e trata doentes provenientes do IPO de Lisboa e outros hospitais (2,0%).

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução no número de doentes referenciados por Hospital de proveniência.

Gráfico – Proveniência dos doentes com tratamentos de radioterapia: 2014/2016



Em relação ao ano de 2015, em 2016 registou-se um aumento no número de doentes referenciados para a realização de tratamentos de Radioterapia, de 5.1% face ao período homólogo, que se traduziu em mais 58 doentes referenciados. Com excepção dos doentes provenientes do CHS, os restantes hospitais evidenciam uma tendência de aumento no número de doentes referenciados, mantendo-se a realização de consultas de decisão terapêutica nos hospitais de origem com a presença de radio-oncologista do CHBM.

Gráfico – Comparação Actividade Radioterapia realizada 2015/2016



O número de tratamentos de Radioterapia realizados em 2016 (27.561) manteve-se praticamente inalterado face ao volume do ano anterior (27.541). No entanto, o peso dos tratamentos complexos no total dos tratamentos realizados aumentou em 2016 face a 2015, tendo-se registado respectivamente 16.1% e 10.8%. É possível verificar um aumento nos tratamentos complexos de 2.977 em 2015 para 4.447 em 2016, que pese embora tenha existido uma diminuição no número total de tratamentos nestes anos, é importante referir que os tratamentos complexos são mais demorados e a redução da actividade decorre da alteração do perfil de tratamento dos doentes e da cada vez maior complexidade.

No quadro da página seguinte apresenta-se um mapa resumo dos principais indicadores da actividade assistencial do CHBM nos anos de 2014 a 2016:

Evolução dos indicadores de actividade assistencial

	2014	2015	2016
INTERNAMENTO			
N.º de Camas	342	352	351
Doentes Saídos (sem berçário)	12.574	12.780	13.214
Demora Média (dias)	8,4	8,6	8,7
Taxa de Ocupação (sem berçário)	85,1%	85,1%	88,5%
Doentes Tratados/Cama	37,6	37,1	38,5
Taxa de Letalidade	8,5	9,5	9,5
CIRURGIA DO AMBULATÓRIO			
N.º Doentes Operados	2.856	3.031	3.410
BLOCO OPERATÓRIO			
<u>N.º Doentes</u>			
Cirurgia Convencional (Base + Adicional)	2.643	2.400	2.507
Cirurgia Ambulatória (Base + Adicional)	2.856	3.031	3.410
Cirurgia Urgente	874	832	769
AMBULATÓRIO			
<u>Consultas Externas</u>			
Primeiras Consultas (Médicas)	43.501	42.895	42.140
Consultas Subsequentes (Médicas)	132.820	135.386	133.906
Total Consultas (Médicas)	176.321	178.281	176.046
Taxa de Acessibilidade	24,70%	24,10%	23,94%
Consultas Não Médicas	20.503	17.852	24.929
N.º Total de Consultas Realizadas	196.824	196.133	200.975
<u>Urgências</u>	145.317	141.152	146.196
Urgência Geral	68.771	66.134	70.297
Urgência Obstétrica/Ginecológica	9.287	9.047	8.942
Urgência Pediátrica	35.978	33.938	36.008
Urgência Básica	31.278	32.033	30.949
Hospitais de Dia (n.º Sessões)	28.430	26.029	25.358
<u>Radioterapia (N.º Tratamentos)</u>	30.462	27.560	27.541
<u>Serviço Domiciliário</u>	183	98	695

4. Indicadores de recursos humanos

No final do ano de 2016, o CHBM integrava 1.719 profissionais, o que representa um aumento de 110 funcionários (+7%), face ao número apresentado no ano anterior.

MAPA DE PESSOAL								
Grupo Profissional	Dez-15				Dez-16			
	CTFP/CS	CTFP Termo Incerto	CIT	Total	CTFP/CS	CTFP Termo Incerto	CIT	Total
Conselho de Administração (CS)	5			5	5			5
Dirigente / Técnico Superior	21		33	54	21		34	55
Médico	79	94	86	259	77	87	101	265
Enfermeiro	325		242	567	322		301	623
Técnico Diagnóstico e Terapautica	82		62	144	86		67	153
Assistente Técnico	105		66	171	105		66	171
Assistente Operacional	198		201	399	187		250	437
Pessoal Informático	1		7	8	1		7	8
Docente	1		1	2	1		1	2
TOTAL GERAL	817	94	698	1.609	805	87	827	1.719

Relativamente à distribuição por tipo de vínculo, 805 profissionais (46,8%) detinham, na mesma data, contrato em funções públicas por tempo indeterminado, 87 profissionais (5,1%) detinham contrato de trabalho a termo resolutivo (médicos em formação) e 827 profissionais (48,1%) possuíam contrato individual de trabalho.

ETC			
Grupo Profissional	31-Dez-15	31-Dez-16	Δ 2016 / 2015
Conselho de Administração	5,00	5,00	0,0%
Dirigente / Técnico Superior	53,37	58,57	9,7%
Médico	252,25	294,63	16,8%
Enfermeiro	559,20	658,80	17,8%
Técnico Diagnóstico e Terapautica	143,05	161,80	13,1%
Assistente Técnico	171,00	180,21	5,4%
Assistente Operacional	399,00	472,71	18,5%
Pessoal Informático	7,70	8,66	12,4%
Docente	2,00	2,14	7,1%
TOTAL GERAL	1.593	1.843	15,7%

Rotatividade

A rotatividade de profissionais no ano em análise foi a seguinte:

Grupo Profissional	INICIO DE FUNÇÕES EM 2016				CESSAÇÃO FUNÇÕES EM 2016				
	CTFP/CS	CTR Incerto	CIT	Total	CTFP/CS	CTR Incerto	CIT	Total	Variação
Conselho de Administração (CS))	5			5	5			5	0
Dirigente / Técnico Superior			3	3			2	2	1
Médico	1	49	26	76	3	56	11	70	6
Enfermeiro	4		100	104	7		41	48	56
Técnico Diagnóstico e Terapautica	4		9	13			4	4	9
Assistente Técnico	1		3	4	1		3	4	0
Assistente Operacional			62	62	11		13	24	38
Pessoal Informático				0				0	0
Docente				0				0	0
TOTAL GERAL	15	49	203	267	27	56	74	157	110

No decurso do ano de 2016, verificou-se a contratação de 267 profissionais, dos quais 15 com contratos em funções públicas, 49 com contrato em termos resolutivos incertos (internos) e 203 com contrato individual de trabalho em substituição de 157 profissionais que entretanto saíram. A admissão de 27 médicos verificou-se nas especialidades de Cardiologia, Ginecologia/Obstetria, Imunohemoterapia, Gastrentrologia, Oncologia, Otorrino, Medicina interna, Medicina do Trabalho, Ortopedia, Pediatria, Psiquiatria e Radioterapia, em substituição de 14 médicos que saíram em 2016.

Médicos sem Internos				Variação
Iniciaram funções		Cessaram funções		
Especialidade	N.º	Especialidade	N.º	
Cardiologia	2	Cardiologia	0	2
Cirurgia Geral	0	Cirurgia Geral	1	-1
Ginecologia/Obstetria	2	Ginecologia/Obstetria	1	1
Infeciologia	0	Infeciologia	1	-1
Imunohemoterapia	1	Imunohemoterapia	0	1
Gastrenterologia	2	Gastrenterologia	0	2
Oncologia médica	1	Oncologia médica	0	1
Otorrinolaringologia	1	Otorrinolaringologia	0	1
Medicina Interna (2 UCI)	5	Medicina Interna (3 UCI)	4	1
Medicina do Trabalho	1	Medicina do Trabalho	0	1
Ortopedia	1	Ortopedia	1	0
Patologia Clínica	0	Patologia Clínica	1	-1
Pediatria	7	Pediatria	3	4
Pneumologia	0	Pneumologia	1	-1
Psiquiatria	3	Psiquiatria	0	3
Radioterapia	1	Radioterapia	1	0
Total	27	Total	14	13

Estrutura etária

O nível etário médio diminuiu ligeiramente em relação a 31 de dezembro de 2015, por influência das faixas etárias inferiores a 30 anos, o que traduz a admissão de um número relevante de elementos mais jovens.

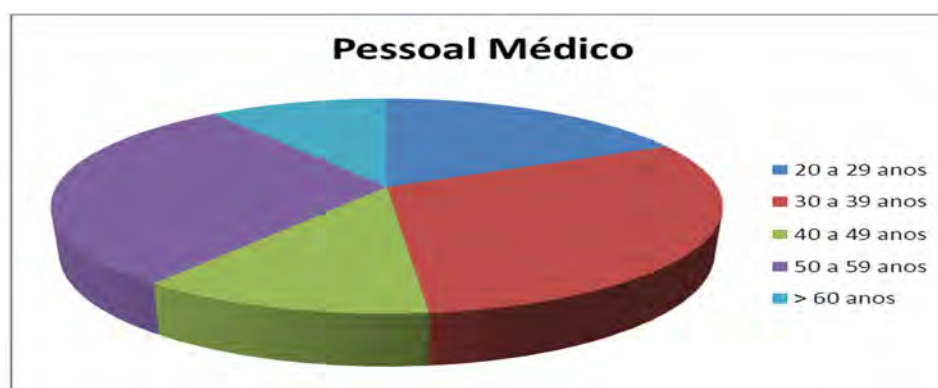
A distribuição por grupos sócio profissionais é a seguinte:

Nível Etário	Nº Trabalhadores		%		Δ% (16-15)
	2015	2016	2015	2016	
Dos 20 aos 29 anos	168	201	10%	12%	19,6%
Dos 30 aos 39 anos	432	445	27%	26%	3,0%
Dos 40 aos 49 anos	430	447	27%	26%	4,0%
Dos 50 aos 59 anos	467	495	29%	29%	6,0%
60 ou mais anos	112	131	7%	8%	17,0%
TOTAL	1.609	1.719	100%	100%	6,8%

No entanto, persiste a tendência de envelhecimento dos profissionais, sendo que mais de 37% dos profissionais têm idade superior a 50 anos:

Grupo Profissional	NÍVEL ETÁRIO															TOTAL FUNC.
	20 - 29			30 - 39			40 - 49			50 - 59			60 - 69			
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
Conselho de Administração	0	0	0	0	0	0	2	1	3	2	0	2	0	0	0	5
Dirigente / Técnico Superior	0	0	0	4	13	17	4	15	19	1	11	12	3	4	7	55
Médico	21	27	48	26	54	80	7	25	32	29	49	78	16	11	27	265
Enfermeiro	15	100	115	21	171	192	22	144	166	19	122	141	1	8	9	623
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	4	10	14	6	40	46	12	45	57	6	24	30	1	5	6	153
Assistente Técnico	0	2	2	4	32	36	8	43	51	10	55	65	1	16	17	171
Assistente Operacional	3	18	21	23	46	69	26	91	117	23	142	165	8	57	65	437
Pessoal Informático	0	0	0	5	0	5	2	0	2	1	0	1	0	0	0	8
Docente	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
TOTAL	43	157	200	89	357	446	83	364	447	91	404	495	30	101	131	1.719
%	11,6%			25,9%			26,0%			28,8%			7,6%			100%

No que respeita ao pessoal médico, a estrutura etária é a seguinte:



A estrutura etária do pessoal da área médica apresenta uma percentagem significativa (40%) de colaboradores com idade superior a 50 anos de idade, facto que causa transtornos ao nível da actividade em regime de urgência, uma vez que estes médicos podem usufruir de benefícios legais ao nível da dispensa de trabalho em regime de urgência, com destaque nas especialidades de Cirurgia Geral, Neurologia, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Ortopedia e Ginecologia/Obstetrícia.

Antiguidade em 31 de Dezembro de 2016

Cerca de 44% dos trabalhadores têm antiguidade superior a 15 anos, e 35% dos trabalhadores têm um nível de antiguidade com mais de 20 anos, reflexo da estrutura etária apresentada anteriormente.

ANTIGUIDADE DO TRABALHADOR							
Grupo Profissional	Até 5 anos	De 5 a 9 anos	De 10 a 14 anos	De 15 a 19 anos	De 20 anos a 29 anos	Mais de 30 anos	Total
Conselho de Administração	1			3		1	5
Dirigente / Técnico Superior	5	10	21		11	8	55
Médico	98	52	30	2	38	45	265
Enfermeiro	142	72	90	74	186	59	623
Técnico Diagnóstico e Terapautica	14	21	38	19	48	13	153
Assistente Técnico	7	14	57	11	39	43	171
Assistente Operacional	96	72	111	44	43	71	437
Pessoal Informático		6	1		1		8
Docente		1				1	2
TOTAL GERAL	363	248	348	153	366	241	1.719
%	21%	14%	20%	9%	21%	14%	100%

Nível Habilitacional

A formação académica de nível superior situa-se nos 62% tendo sofrido significativo acréscimo nos licenciados, por via da admissão de pessoal médico e de enfermagem. Verifica-se também, uma diminuição nos restantes níveis, relacionada com a aposentação de funcionários da Administração Pública, com um nível habilitacional mais baixo.

Nível Habilitacional	Nº Trabalhadores		Δ (16-15)	
	2015	2016	Nº	%
Mestrado	110	123	13	12%
Licenciatura	699	766	67	10%
Bacharelato	175	177	2	1%
12º Ano	216	241	25	12%
Inferior ao 12º ano	331	338	7	2%
Ensino Primário	78	74	-4	-5%
TOTAL	1.609	1.719	110	7%

Taxa de Absentismo

A taxa de absentismo foi a seguinte:

Taxa de Absentismo Total			
Grupo Profissional	Total de Efectivos	Total de Ausências (dias)	Δ%
Conselho de Administração	5	2	0,1%
Dirigente / Técnico Superior	55	1.290	6,4%
Médico	265	6.672	6,9%
Enfermeiro	623	21.599	9,5%
Técnico Diagnóstico e Terapautica	153	3.315	5,9%
Assistente Técnico	171	3.538	5,7%
Assistente Operacional	437	13.403	8,4%
Pessoal Informático	8	84	2,9%
Docente	2	62	8,5%
TOTAL	1.719	49.965	8,0%

A taxa de absentismo de 8,0%, traduz 49.965 dias de absentismo. Nos grupos socioprofissionais de enfermeiro e assistente operacional, a taxa ultrapassa a média geral.

As principais causas para o absentismo ligam-se com doença, gravidez de risco, maternidade e paternidade, faltas por assistência a filhos menores e ainda estatuto de trabalhador estudante.

5. Indicadores de desempenho económico - financeiro

Os resultados alcançados nos últimos anos, evidenciam a manutenção de resultados líquidos negativos, revelando uma preocupação acrescida para a sustentabilidade económica e financeira deste Centro Hospitalar.

A estrutura de custos existente, no CHBM, não foi suportada pelos proveitos apurados no âmbito do modelo de financiamento, do ano de 2016, resultando num desequilíbrio financeiro. Os preços definidos no Contrato Programa para o pagamento dos serviços prestados aos beneficiários do SNS, foram claramente insuficientes e abaixo dos preços de mercado, condicionando fortemente a evolução dos proveitos totais.

O Resultado Líquido no final de 2016 ascende a 17,8 Milhões de euros negativos, não obstante ter ficado 8,77% abaixo da previsão orçamental (-19,5M€). Este resultado decorre, face ao ano anterior, de uma descida de 1,1% dos proveitos totais, conjugada com um aumento nos custos totais de 6,3%, agravando o desequilíbrio financeiro entre a estrutura de custos e proveitos do Hospital.

Estes resultados foram negativamente influenciados por uma diminuição do valor da verba de convergência de 2016, no montante global de 0,4 milhões de euros, a par de um acréscimo dos custos totais, no valor de 4,5 milhões de euros.

RESULTADOS					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
EBITDA	-8.556.593 €	-14.075.476 €	-64,50%	-15.466.338 €	-8,99%
Resultado Operacional (antes de gastos financiamento e impostos)	-12.676.909 €	-18.218.944 €	-43,72%	-19.518.488 €	-6,66%
Resultados Líquidos do Exercício	-12.269.837 €	-17.806.660 €	-45,13%	-19.518.488 €	-8,77%

O EBITDA é um indicador financeiro que nos permite avaliar a capacidade do CHBM gerar recursos financeiras através da sua actividade operacional sem contar com o efeito das depreciações, amortizações e imparidades.

Na sequência do referido atrás, também este indicador, quando aferido na comparação com o ano de 2015, apresenta um agravamento de 64,50%. Face ao valor orçamento, este indicador situa-se 8,99% abaixo do valor previsto.

Os proveitos totais em 2016 ascenderam a 63,9 milhões de euros, evidenciando um decréscimo de 1,1% (-0,7 milhões de euros), face ao ano anterior. Esta variação resulta de uma diminuição do valor global do Contrato Programa para 2016, que reflecte sobretudo uma variação negativa registada ao nível da verba de convergência (que passou de 3,8

milhões de euros em 2015 para 1,9 milhões de euros em 2016) e da execução do contrato programa de 2016.

Face ao Contrato-Programa, a execução orçamental dos Proveitos apresenta uma taxa de 0,37% abaixo do previsto, o que representa menos 0,2 milhões de euros, influenciado pela taxa de execução do Contrato Programa que se situou nos 99,6%.

RENDIMENTOS					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
Prestações de Serviços	61.436.964 €	60.216.017 €	-1,99%	60.247.154 €	-0,05%
- SNS (Contrato Programa)	58.462.062 €	57.328.346 €	-1,94%	57.540.904 €	-0,37%
- Outras Entidades	2.974.902 €	2.887.671 €	-2,93%	2.706.250 €	6,70%
Subsídios à Exploração	40.332 €	139.232 €	245,21%	1.467.109 €	-953,72%
Reversões	0 €	19.961 €	#DIV/0!	0 €	#DIV/0!
Outros Rendimentos e Ganhos	3.218.924 €	3.617.244 €	12,37%	211.871 €	94,14%
Juros, Dividendos e outros Rendimentos	0 €	0 €	#DIV/0!	0 €	#DIV/0!
Proveitos Totais	64.696.220 €	63.992.454 €	-1,09%	61.926.134 €	3,34%

Os proveitos totais apresentam uma taxa de execução de 3,34 % acima do previsto, o que representa um aumento da receita face ao expectável na ordem dos 2,1 milhões de euros.

Quando analisamos a evolução dos proveitos SNS por linha de produção, verificamos uma diminuição de 1,94% em 2016 face a 2015,, o que representa menos 1,1 milhões de euros.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (SNS)					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
Internamento	22.209.826 €	22.279.920 €	0,32%	22.896.178 €	-2,69%
Consulta Externa	7.668.015 €	7.333.787 €	-4,36%	7.470.707 €	-1,87%
Urgência	6.188.287 €	5.535.806 €	-10,54%	5.499.300 €	0,66%
Hospitais de Dia	721.416 €	687.740 €	-4,67%	762.805 €	-10,91%
GDH de Ambulatório	9.453.535 €	9.844.073 €	4,13%	9.658.457 €	1,92%
Verba de Convergência	3.787.317 €	3.327.994 €	-12,13%	1.981.383 €	40,46%
Outros	8.433.666 €	8.319.026 €	-1,36%	9.272.074 €	-10,28%
Total das Prestações de Serviço (SNS)	58.462.062 €	57.328.346 €	-1,94%	57.540.904 €	-0,37%

No Internamento verifica-se a manutenção do valor alcançado no ano anterior; na Consulta Externa, verificamos um decréscimo de 4,36%; na Urgência, evidencia-se uma quebra de 10,54%; nos Hospitais de Dia, registou-se uma diminuição de 4,67%; nos GDH's de Ambulatório verificamos um aumento em 4,13%, por fim, uma diminuição do valor da verba de convergência de 12,13%.

Os custos totais em 2016 ascenderam a 82,2 Milhões de euros e apresenta uma execução de 6,3% acima do realizado face ao período homólogo. Apresenta uma execução orçamental 0,9 % acima do previsto.

GASTOS					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
CMVMC	17.840.624 €	18.519.290 €	3,80%	20.326.540 €	-8,9%
FSE	11.915.643 €	12.799.497 €	7,42%	13.099.384 €	-2,3%
Custos com Pessoal	42.832.791 €	45.947.732 €	7,27%	43.939.313 €	4,6%
Gastos de Depreciações e de Amortizações	4.120.316 €	4.143.469 €	0,56%	4.036.650 €	2,6%
Outros Gastos e Perdas	663.755 €	801.410 €	20,74%	42.735 €	1775,3%
Custos Totais	77.373.129 €	82.211.398 €	6,3%	81.444.622 €	0,9%

No quadro acima demonstra-se que todas as grandes rubrica de custos, evidenciam aumentos face ao ano anterior, de referir o aumento dos custos com pessoal em 7,3% e dos Fornecimentos e Serviços Externos com aumentos de 7,4%. Esta análise fazer-se-à mais detalhadamente nos pontos seguintes.

A estrutura de custos manteve-se praticamente inalterada. Do total dos custos 55,9% respeitam a custos com pessoal, 22,5 % a matérias de consumo e 15,6% a fornecimentos e serviços externos.

ESTRUTURA DE GASTOS			
	Realizado 2014	Realizado 2015	Realizado 2016
1 - Custos Totais	75.290.327 €	77.373.129 €	82.211.398 €
2 - Custos com Pessoal	42.289.527 €	42.832.791 €	45.947.732 €
3 - CMVMC	16.914.500 €	17.840.624 €	18.519.290 €
4 - FSE	11.455.031 €	11.915.643 €	12.799.497 €
5 = (2/1)	56,2%	55,4%	55,9%
6 = (3/1)	22,5%	23,1%	22,5%
7 = (4/1)	15,2%	15,4%	15,6%

Os CMVMC registaram neste exercício um acréscimo de 3,8%, o que representa mais 0,7 milhões de euros relativamente ao período homólogo. Face ao Orçamento, esta rubrica apresenta-se 8,9% abaixo do previsto o que representa menos 1,8 milhões de euros. Esta variação deve-se ao acréscimo dos gastos com consumos de produtos farmacêuticos (+3,6%), do material de consumo clínico (+2,8%), do material de consumo hoteleiro (+36,6%) e do material de manutenção e conservação (+8,9%), face ao período homólogo.

CMVMC					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
Produtos Farmacêuticos	14.860.420 €	15.400.829 €	3,6%	17.025.877 €	-9,5%
Material de Consumo Clínico	2.626.922 €	2.699.696 €	2,8%	2.891.677 €	-6,6%
Produtos Alimentares	1.594 €	1.947 €	22,1%	2.030 €	-4,1%
Material de Consumo Hoteleiro	131.669 €	179.827 €	36,6%	173.240 €	3,8%
Material de Consumo Administrativo	88.127 €	94.378 €	7,1%	101.390 €	-6,9%
Material de Manutenção e Conservação	129.659 €	141.262 €	8,9%	130.036 €	8,6%
Outro Material de Consumo	2.233 €	1.351 €	-39,5%	2.290 €	-41,0%
Total	17.840.624 €	18.519.290 €	3,8%	20.326.540 €	-8,9%

Os custos na rubrica de Produtos Farmacêuticos cifraram-se em 2016 em 15,4 milhões de Euros, o que representa um aumento nos gastos relativamente ao ano anterior de 3,6% (+ 0,5 milhões de Euros).

O material de Consumo Clínico, apresenta um acréscimo de 2,8% face ao ano anterior, o que representa mais 73 mil euros, situando-se 6,6% abaixo do previsto em orçamento.

Destacamos também o aumento significativo do material de consumo hoteleiro (+36,6%).

PRODUTOS FARMACÊUTICOS					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
Medicamentos	13.264.481 €	13.772.702 €	3,8%	15.378.577 €	-10,4%
Reagentes	1.316.563 €	1.309.577 €	-0,5%	1.338.450 €	-2,2%
Outros	279.376 €	318.550 €	14,0%	308.850 €	3,1%
Total	14.860.420 €	15.400.829 €	3,6%	17.025.877 €	-9,5%

Conforma acima referido, os produtos farmacêuticos cresceram 3,6%, essencialmente por via do aumento no consumo de medicamentos, mais 3,8% (não inclui o programa de financiamento central para a Hepatite C). Ao analisarmos o consumo de medicamentos, podemos concluir que a variação verificada se ficou a dever essencialmente ao tratamento de doentes com Hepatite C, em que houve a necessidade de recorrer a medicamentos que não estão abrangidos pelo financiamento central, nomeadamente o medicamento Daclatasvir e o Simeprevir da farmacêutica Bristol e da Janssen Cilag. Ainda de referir a utilização da

Abiratrona, medicamento utilizado no tratamento de doentes com patologia de Urologia Oncológica. Também o aumento dos consumos com medicamentos antiretrovíricos, com o aumento do número de doentes medicados, a par do cumprimento ao Despacho, que preconiza a dispensa de medicamentos para 90 dias, o que influencia a comparação com o período homólogo. Por fim, o aumento dos custos associados à cedência de medicamentos biológicos, ao abrigo da Portaria nº 48/2016.

MATERIAL DE CONSUMO CLINICO					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
Penso	124.572 €	137.434 €	10,3%	130.389 €	5,4%
Artigos Cirurgicos	296.787 €	281.020 €	-5,3%	327.469 €	-14,2%
Tratamento	599.534 €	615.145 €	2,6%	630.194 €	-2,4%
Electromedicina	14.261 €	18.366 €	28,8%	20.220 €	-9,2%
Laboratório	73.696 €	75.116 €	1,9%	86.501 €	-13,2%
Proteses	591.681 €	549.496 €	-7,1%	619.229 €	-11,3%
Osteosintese	113.240 €	138.837 €	22,6%	129.100 €	7,5%
Outros	813.151 €	884.282 €	8,7%	948.575 €	-6,8%
Total	2.626.922 €	2.699.696 €	2,8%	2.891.677 €	-6,6%

Os custos na rubrica de Material de Consumo Clínico cifraram-se em 2016 em 2,7 milhões de euros, com um aumento dos gastos relativamente ao ano anterior de 2,8 %, o que representa menos 73 mil euros, situando-se 6,6% abaixo do valor previsto em orçamento.

Analisando a performance dos custos por família de Material de Consumo Clínico, verifica-se que todas exibem um acréscimo face ao ano anterior, com excepção dos artigos cirurgicos e material de próteses, que decresce 5,3% e 7,1%, respectivamente.

Os Custos com Pessoal representam 55,9% do total dos custos, sendo que em 2016 esta rubrica regista um aumento de 7,3% em relação ao ano anterior (+3,1 milhões de euros). Face ao orçamentado, regista um desvio positivo de 4,6%, o que representa mais 2,0 milhões de euros.

CUSTOS COM PESSOAL					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
Remuneração Orgão Directivos	300.575 €	335.131 €	11,5%	301.956 €	11,0%
Remuneração Base do Pessoal	24.628.565 €	26.425.047 €	7,3%	25.054.768 €	5,5%
Suplementos de Remunerações	5.323.708 €	5.586.926 €	4,9%	5.738.017 €	-2,6%
Prestações Sociais Directas	40.926 €	47.486 €	16,0%	43.164 €	10,0%
Subsidio de Férias e Natal	4.396.410 €	4.664.957 €	6,1%	4.392.784 €	6,2%
Outras Despesas com Pessoal	8.142.607 €	8.888.185 €	9,2%	8.408.624 €	5,7%
Total	42.832.791 €	45.947.732 €	7,3%	43.939.313 €	4,6%

As remunerações base do pessoal crescem 7,3% (+ 1,8 milhões de euros), face ao período homólogo e os suplementos remuneratórios cresceram também 4,9% (+ 0,3 milhões de euros). Relativamente ao orçamento, as remunerações base apresentam uma execução de 5,5% acima do previsto e os suplementos remuneratórios apresentam uma execução de 2,6% abaixo do orçamentado.

Este desvio fica a dever-se às seguintes situações:

- Reposição salarial não prevista integralmente aquando da elaboração do Orçamento para 2016 com um impacto estimado na ordem dos 570 mil euros;
- A contratação de Recursos Humanos para fazer face aos Planos de Contingência para o Inverno com um impacto estimado na ordem dos 600 mil euros;
- A contratação de pessoal de enfermagem e assistentes operacionais para fazer face à reposição das 35 horas nos CTFP e novos contratos, com um impacto estimado na ordem dos 1,6 milhões de euros;
- Por fim, o custo com as Remissões decretadas pelo tribunal relativamente a Acidentes de Trabalhos, com um impacto estimado na ordem dos 250 mil euros.

As despesas de pessoal com outras remunerações aumentaram 4,9 % face ao valor do ano anterior, o que representa um crescimento de 263 mil euros. Comparativamente com o Orçamento, esta rubrica ficou 2,6 % abaixo do previsto, o que representa menos 152 mil euros, sobretudo na rubrica de outros suplementos, por não se ter verificado um acréscimo tão acentuado quanto o previsto em sede de Orçamento.

OUTRAS REMUNERAÇÕES					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
Trabalho Extraordinário	2.548.049 €	2.712.041 €	6,4%	2.687.570 €	0,9%
Trabalho em Regime de Turnos	1.148.943 €	1.181.572 €	2,8%	1.191.396 €	-0,8%
Outros Suplementos	1.626.716 €	1.693.313 €	4,1%	1.859.051 €	-8,9%
Total	5.323.708 €	5.586.926 €	4,9%	5.738.017 €	-2,6%

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos cifraram-se em 2016 em 12,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 7,4% nos gastos relativamente ao ano anterior (+0,8 milhões de euros).

Face ao Orçamento, esta rubrica ficou 2,3 % abaixo do previsto, o que representa menos 300 mil euros, sobretudo nas rubricas de energia e fluidos (- 8,1%) e na rubrica de serviços diversos (-13,8%).

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
Subcontratos	4.003.217 €	4.161.290 €	3,9%	4.048.870 €	2,8%
Serviços Especializados	4.991.410 €	5.589.466 €	12,0%	5.597.501 €	-0,1%
Materiais	16.894 €	22.315 €	32,1%	26.250 €	-15,0%
Energia e Fluidos	1.275.211 €	1.198.787 €	-6,0%	1.304.690 €	-8,1%
Deslocações, Estadas e Transportes	154 €	0 €	-100,0%	1.160 €	-100,0%
Serviços Diversos	1.628.757 €	1.827.639 €	12,2%	2.120.913 €	-13,8%
Total	11.915.643 €	12.799.497 €	7,4%	13.099.384 €	-2,3%

As rubricas mais significativas são os Subcontratos e os Serviços Especializados, que representam 76,2% dos custos totais dos Fornecimentos e Serviços Externos. A primeira registou um desvio de 2,8% acima do orçamentado (+137 mil euros), enquanto que os Serviços Especializados evidenciam um desvio de -0,1% face ao previsto (-8 mil euros).

SUBCONTRATOS					
	Realizado 2015	Realizado 2016	Δ% (16-15)	Orçamento 2016	Δ% (Orç-16)
Assistencia Ambulatória	0 €	0 €	#DIV/0!	0 €	#DIV/0!
Medicamentos Prescritos SNS	0 €	0 €	#DIV/0!	0 €	#DIV/0!
Internamentos	800.853 €	1.005.551 €	25,6%	466.950 €	115,3%
Trabalhos Executados Entidades SNS	901.831 €	754.575 €	-16,3%	908.710 €	-17,0%
Trabalhos Executados Outras Entidades	2.300.533 €	2.401.164 €	4,4%	2.673.210 €	-10,2%
Total	4.003.217 €	4.161.290 €	3,9%	4.048.870 €	2,78%

Analisando a rubrica de Subcontratados mais detalhadamente, verifica-se que o aumento de 3,9% face ao ano anterior se deve quase exclusivamente ao crescimento verificado na rubrica de Internamentos (+25,6%, o que corresponde a +205 mil euros) que respeita à emissão de vales cirúrgicos para o exterior. Também a rubrica de Trabalhos executados Outras entidades, por força do aumento dos termos de responsabilidade emitidos para o exterior para a realização de MCDT's, a par do aumento dos gastos com transporte de doentes, se verifica um aumento de 4,4% face a 2015 (+101 mil euros).

Em relação ao orçamento, verifica-se um desvio de 2,78% (+113 mil euros), devido à execução da rubrica de Internamentos, explicada no parágrafo anterior.

Balanço e estrutura patrimonial

ESTRUTURA DO BALANÇO	2014	2015	2016
ATIVO			
Ativo não Corrente	38.591.328 €	35.517.481 €	33.330.361 €
Ativo Corrente	113.337.337 €	46.117.717 €	18.107.916 €
TOTAL DO ATIVO	151.928.665 €	81.635.198 €	51.438.277 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais	11.607.634 €	- 813.093 €	- 18.765.227 €
PASSIVO			
Passivo não Corrente	6.204.118 €	5.880.384 €	5.503.884 €
Passivo Corrente	134.116.913 €	76.567.907 €	64.699.620 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	151.928.665 €	81.635.198 €	51.438.277 €

Em face dos resultados líquidos negativos avultados nos últimos exercícios, assistimos a um agravamento da Estrutura do Balanço com os Fundos Patrimoniais do CHBM revelando uma crescente preocupação da entidade perante terceiros. Esta situação não coloca em causa a sua continuidade, mas sim o seu carácter empresarial, a sua sustentabilidade e solvabilidade.

Verifica-se uma diminuição dos Activos Correntes do CHBM, EPE, que ascendem a 18,2 milhões de euros, em resultado de uma diminuição do saldo das outras contas a receber e dos depósitos bancários.

Ressalva-se uma melhoria do Passivo Corrente, que decresce 15,5% face a 2015, por via de regularização dos adiantamentos provenientes da ACSS e o pagamento a fornecedores externos com o recurso ao valor remanescente do Capital Estatutário, no montante de 9,2 milhões de euros.

Indicadores Económico-Financeiros

A análise dos indicadores económico-financeiros, constante no quadro da página seguinte, reflecte dois aspectos importantes:

- A liquidação de dívidas a fornecedores com recurso ao aumento de capital estatutário estabelecido em 2014, que permitiu uma melhoria dos indicadores respeitantes aos prazos de pagamento (de 225 dias, para 186 dias, o que representa uma redução de 17%), com reflexo, também, no indicador da Estrutura do endividamento, que decorre da diminuição significativa do Total do Passivo;
- O facto de 2016 se comparar com anos precedentes, que foram alvo de medidas extraordinárias que não se repetiram neste ano, originando uma degradação dos

rácios respeitantes à Liquidez (Geral e reduzida) e o aumento do Endividamento. Também assistimos a um novo agravamento dos rácios de Solvabilidade e Autonomia Financeira mantendo-se em terreno negativo, como impacte dos Resultados Líquidos negativos do período.

Também o indicador do VAB e Produtividade reflectem uma diminuição das verbas de financiamento, designadamente em termos da convergência e pelo aumento do número de profissionais, agravando a tendência do ano transacto.

	2014	2015	2016
CONTAS DE RESULTADOS			
Prestações de Serviços	65.331.801,25 €	61.436.963,88 €	60.216.016,78 €
Subsídios à Exploração	388.178,00 €	40.332,50 €	139.232,30 €
EBITDA	3.891.593,43 € -	8.556.593,07 € -	14.075.475,15 € -
Resultado Operacional (antes de gastos financiamento e impostos)	- 438.396,17 € -	12.676.909,19 € -	18.218.944,07 € -
Resultado Líquido	- 101.924,03 € -	12.269.837,59 € -	17.806.660,18 € -
ESTRUTURA DO BALANÇO			
Activo não Corrente	38.591.327,79 €	35.517.481,25 €	33.330.361,37 €
Activo Corrente	111.447.068,33 €	46.117.716,75 €	18.107.915,80 €
Activo Total	152.038.396,12 €	81.635.198,00 €	51.438.277,17 €
Capital Próprio	11.607.633,94 € -	813.092,62 € -	18.765.226,80 € -
Passivo não Corrente	6.204.117,82 €	5.880.383,85 €	5.729.947,97 €
Passivo Corrente	134.226.644,36 €	76.567.906,77 €	64.473.556,00 €
Total Capital Próprio e Passivo	152.038.396,12 €	81.635.198,00 €	51.438.277,17 €
INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS			
Liquidez Geral	0,85	0,58	0,28
Liquidez Reduzida	0,83	0,55	0,22
Endividamento	0,92	1,03	1,36
Estrutura do Endividamento	21,62	13,13	11,25
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	37.792.573,83 €	32.349.925,54 €	30.226.334,52 €
VAB/Nº Trabalhadores (Produtividade)	24.652,69 €	20.105,61 €	17.583,67 €
Solvabilidade	0,08	-0,01	-0,267
Autonomia Financeira	0,08	-0,01	-0,365
RÁCIOS DE GESTÃO			
Prazo Médio Recebimento (em dias)	35	35	22
Prazo Médio Pagamento (em dias)	271	225	186

Investimentos

Tendo em conta as restrições orçamentais preconizadas desde 2013, verifica-se que os investimentos foram diminutos, sendo que no ano de 2016 foram investidos cerca de 1,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 87,0% face ao valor investido no ano anterior.

INVESTIMENTO	2014	2015	2016
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Edifício e Outras Construções	97.314 €	260.165 €	1.013.064 €
Equipamento Básico	375.343 €	689.932 €	813.379 €
Equipamento de Transportes		18.944 €	- €
Equipamento Administrativo e Informático	115.867 €	58.113 €	86.068 €
Outros Activo Fixos Tangíveis		3.198 €	18.664 €
Sub-Total	588.524 €	1.030.352 €	1.931.175 €
Imobilizações em Curso			
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projectos de Desenvolvimento			
Programas de Computador	14.002 €	2.738 €	1.005 €
TOTAL	602.526 €	1.033.090 €	1.932.180 €

Descrição dos principais investimentos de 2016

Investimentos	Valor (milhares de euros)
Serviço de Esterilização	739
Unidade Contingência - Montijo	180
Remodelação Hall Entrada	46
Equipamento Gastro	210
Ecocardiografo	159
Gerador Portatil RX	86
Ampola TC e RX	94
Equipamento Informático	63
Obras Diversas	48
Equipamento Diverso	301

6. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da competência estatutária, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. propõe que o resultado negativo do exercício do período compreendido entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2016, no montante de - 17.806.660,18 € (dezassete milhões oitocentos e seis mil seiscentos e sessenta euros e dezoito cêntimos), seja aplicado do seguinte modo:

APLICAÇÃO DE RESULTADOS	Valor (€)
Para Reserva Legal	
Para Reserva Livre	
Para Resultados Transitados	- 17.806.660,18 €

7. Informação Específica para o Sector da Saúde

Tendo em consideração as orientações da ACSS e da DGTF relativamente às orientações específicas aplicáveis às entidades públicas empresariais que integram o SNS, passamos a incluir no Relatório e Contas este capítulo a seguinte informação adicional:

Estimativa de Proveitos

	Contratado		Produção		Marginal/Adicional		Valor Máximo da	Estimativa da Especialização
	Quantidade	Valor (Euros)	Quantidade	Valor (Euros)	Quantidade	Valor (Euros)		
1. Consultas Externas:								
Nº 1 ^{as} Consultas Médicas (s/ majoração)	29.830,00	1.260.914,10 €	26.709	1.128.989,43 €	0	0,00 €	1.279.827,81 €	1.128.989,43 €
Nº 1 ^{as} Consultas referenciadas (CTH)	15.397,00	715.960,50 €	15.113	702.754,50 €	0	0,00 €	726.695,03 €	702.754,50 €
Nº 1 ^{as} Consultas (Telemedicina)	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Nº 1 ^{as} Consultas na Comunidade (Saúde Mental)	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Nº 1 ^{as} Consultas Centros de Referência	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Nº Consultas Médicas Subsequentes (s/ majoração)	129.970,00	5.493.831,90 €	129.970	5.493.831,90 €	1.295	8.210,95 €	5.576.239,38 €	5.502.042,85 €
Nº Consultas Médicas Subsequentes (Telemedicina)	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Nº Consultas Médicas Subsequentes na	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Nº Consultas Médicas Subsequentes Centros de	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2. Internamento:								
Nº Doentes Equivalentes								
GDH Médicos	9.511,00	16.631.985,57 €	9.511	16.631.985,57 €	137	23.957,33 €	16.798.287,94 €	16.655.942,90 €
GDH Médicos Centros de Referência	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
GDH Cirúrgicos	2.190,00	3.829.676,00 €	1.979	3.460.698,08 €	0	0,00 €	3.829.676,00 €	3.460.698,08 €
GDH Cirúrgicos Centros de Referência	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
GDH Cirúrgicos Urgentes	1.390,00	2.309.172,22 €	1.272	2.113.141,77 €	0	0,00 €	2.332.263,94 €	2.113.141,77 €
GDH Cirúrgicos Urgentes Centros de Referência	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dias de Internamento de Doentes Crónicos								
Doentes Medicina Física e Reabilitação	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Doentes de Psiquiatria Crónicos no Hospital	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Psiquiatria (Reabilitação Psicossocial)	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Doentes Psiquiatria no Exterior (Ordens Religiosas)	3.200,00	125.344,00 €	1.280	50.137,60 €	0	0,00 €	126.597,44 €	50.137,60 €
Doentes Psiquiatria no Exterior (Outras Instituições)	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Doentes Crónicos Ventilados	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Doentes Crónicos de Hansen	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Valor Total do Internamento		22.896.177,79 €		22.255.963,01 €		23.957,33 €	23.086.825,32 €	22.279.920,35 €
3. Episódios de GDH de Ambulatório:								
GDH Cirúrgicos	2.991,00	4.376.088,73 €	2.991	4.376.088,73 €	125	182.885,69 €	4.558.974,42 €	4.558.974,42 €
GDH Cirúrgicos Centros de Referência	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
GDH Médicos	4.690,00	2.207.629,90 €	4.628	2.178.445,88 €	0	0,00 €	2.240.744,35 €	2.178.445,88 €
GDH Médicos Centros de Referência	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Valor dos GDH de Ambulatório		6.583.718,63 €		6.554.534,61 €		182.885,69 €	6.799.718,77 €	6.737.420,30 €
4. Urgências:								
Atendimentos SU - Polivalente	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Atendimentos SU - Médico - Cirúrgica	89.650,00	4.482.500,00 €	89.650	4.482.500,00 €	6.875	34.375,00 €	4.527.325,00 €	4.516.875,00 €
Atendimentos SU - Básica	25.420,00	1.016.800,00 €	25.420	1.016.800,00 €	2.131	2.131,00 €	1.019.342,00 €	1.018.931,00 €
5. Sessões em Hospital de Dia:								
Base	15.595,00	314.083,30 €	14.158	285.142,12 €	0	0,00 €	318.793,04 €	285.142,12 €
Hematologia	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imuno-Hemoterapia	1.420,00	416.798,40 €	1.280	375.705,60 €	0	0,00 €	423.050,38 €	375.705,60 €
Psiquiatria	1.047,00	31.923,03 €	882	26.892,18 €	0	0,00 €	32.398,67 €	26.892,18 €
Psiquiatria (Unidades Sócio-Ocupacionais)	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Valor Total do Hospital de Dia		762.804,73 €		687.739,90 €		0,00 €	774.242,09 €	687.739,90 €
6. Programas de gestão da doença crónica								
VIIH/Sida (doentes em TARC)	500,00	4.582.800,00 €	500,00	4.582.800,00 €	50,00	68.742,00 €	4.651.542,00 €	4.651.542,00 €
8. Saúde sexual e reprodutiva								
IVG até 10 semanas								
Medicamentosa (n.º IVG)	457,00	129.376,70 €	403	114.089,30 €	0	0,00 €	131.287,63 €	114.089,30 €
Cirúrgica (n.º IVG)	22,00	8.109,42 €	14	5.160,54 €	0	0,00 €	8.220,00 €	5.160,54 €
Diagnóstico Pré-Natal								
Protocolo I	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Protocolo II	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
9. Sessões de Radioterapia								
Tratamentos Simples	22.684,00	2.371.158,52 €	20.284	2.120.286,52 €	0	0,00 €	2.371.158,52 €	2.120.286,52 €
Tratamentos Complexos	2.804,00	703.579,68 €	2.804	703.579,68 €	1.127	282.786,84 €	986.366,52 €	986.366,52 €
10. Colocação de Implantes Cocleares								
Implantes Unilaterais	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Implantes Bilaterais	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
11. Serviço Domiciliário (consultas)								
12. Lar (IPO)	600,00	22.794,00 €	600	22.794,00 €	60	341,91 €	23.135,91 €	23.135,91 €
13. Outros:								
Medicamentos de cedência hospitalar em		749.616,00 €		321.127,63 €			749.616,00 €	321.127,63 €
Internos		902.333,88 €		902.333,88 €			902.333,88 €	902.333,88 €
14. Valor da Produção		52.682.475,85 €		51.095.284,90 €		603.430,72 €		51.698.715,62 €
15. Convergência		2.420.162,44 €		2.420.162,44 €			2.420.162,44 €	2.420.162,44 €
16. Reposição salarial		907.832,00 €		907.832,00 €			907.832,00 €	907.832,00 €
TOTAL		56.010.470,29 €		54.423.279,34 €		603.430,72 €		55.026.710,06 €
Incentivos Institucionais		2.877.045,20 €	80%	2.301.636,16 €				2.301.636,16 €
TOTAL		58.887.515,49 €		56.724.915,50 €		603.430,72 €		57.328.346,22 €

A estimativa dos proveitos provenientes do Contrato Programa de 2016 foram extraídos do Portal SICA tendo em consideração o reporte efectuado relativamente ao período de Dezembro de 2016. Foi estimado um valor de 57,3 milhões de euros para a especialização do Contrato Programa de 2016, dos quais 51,7 milhões de euros se refere a produção realizada, 2,4 milhões de euros referente ao valor da convergência, 0,9 milhões de euros referente a contrapartida de reposições salariais e 2,3 milhões de euros referente a incentivos institucionais.

Índice Desempenho Global

Q1 - Índice Desempenho Global

Instituição: Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, EFE

Período Análise: Dezembro 2016

Objectivos	Peso Relativo Indicador (%)	2016			2016	
		Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho
Objectivos Nacionais	60					
Acesso	15					12,2
Percentagem das primeiras consultas no total de consultas médicas (%)	2	25,6	24,0	93,8	93,8	1,9
Percentagem de utentes referenciados para consulta externa atendidos em	3	76,9	71,7	93,2	93,2	2,8
Percentagem das consultas externas com registo de alta no total de consultas externas (%)	2	10,0	6,3	63,0	63,0	1,3
Percentagem utentes inscritos em LIC (neoplasias malignas) com tempo de	2	97,0	72,7	74,9	74,9	1,5
Mediana de tempo de espera da LIC, em meses	2	3,9	5	64,6	64,6	1,3
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de	2	70,0	47,8	68,3	68,3	1,4
Percentagem de doentes sinalizados para a RNCCI, em tempo adequado, no	2	85,93	85,37	99,3	99,3	2,0
Desempenho Assistencial	25					23,2
Percentagem reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de	2	4,00	3,80	105,0	105,0	2,1
Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do	2	2,65	2,73	97,0	97,0	1,9
Percentagem de cirurgias da anca efectuadas nas primeiras 48 horas (%)	2	52,00	46,30	89,0	89,0	1,8
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório no total de cirurgias	2	77,0	73,8	95,9	95,9	1,9
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos	2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Índice de Demora Média Ajustada	3	1,1680	1,1532	101,3	101,3	3,0
Índice de Mortalidade Ajustada	3	1,5333	1,6301	93,7	93,7	2,8
Índice de Risco - Segurança do Doente	6	8,0000	22,9463	286,8	120,0	7,2
Percentagem de embalagens de medicamentos prescritos, que são	3	58,0	47,8	82,4	82,4	2,5
Desempenho económico-financeiro	20					16,3
Percentagem de Custos com Horas Extraordinárias, Suplementos e FSE	5	14,8	10,7	138,3	120,0	6
Resultado antes juros, impostos, amortizações e depreciações (EBITDA) (€)	5	-15.466.337,96	-14.075.475,15	109,9	77,0	5,5
Acréscimo de Dívida Vencida (fornecedores externos) (€)	5	0,00	1.457.684,87	0,0	#DIV/0!	0
Percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total	5	7,1	6,73	95,0	95,0	4,8
Objectivos Regionais Lisboa e Vale do Tejo	40					28,3
Taxa de internamentos DCV, entre residentes com < 65 anos	5	8,3	9,59	86,44	86,44	1,82
Proporção de Recém Nascidos de termo, de baixo peso	5	2,0	2,26	87,17	87,17	4,36
Percentagem utentes referenciados para consulta de Otorrinolaringologia - nas áreas						
da Polipneumonia diabética (CDD) atendidos em tempo adequado < 12	15	10,0	15,4	43	43	5,5
meses < 12 (%)						
Despesa de Medicamentos faturados por utilizador (PVP)	15	91,8	94,08	97,58	97,58	16,64
Índice de Desempenho Global						80,0
Valor Incentivos Contratados (€)						2.877.045,2
Valor Incentivos Realizados (€)						2.301.636,2

O Índice de Desempenho Global avalia o grau de cumprimento dos objectivos definidos no em sede de contratualização, foram estabelecidos indicadores nacionais que representam 60% do valor total e indicadores definidos pela ARSLVT que representa 40%. Em 2016, foi alcançado uma taxa de execução dos objectivos de 80%, o que representa um valor de financiamento de 2,3 milhões de euros.

Execução Financeira do Contrato Programa

O quadro seguinte representa a execução financeira dos Contratos Programa face ao valor dos adiantamentos recebidos, neste momento já se encontram encerrados os anos de 2011 e de 2012, estando em fase de encerramento o ano de 2013.

Importa referir que a partir de 2014 passou-se a realizar uma factura do valor global da produção realizada tendo por base os valores reportados na plataforma SICA

Execução Contrato Programa					
Contrato Programa (Ano)	Total Contratado	Valor Facturado	Acréscimo Registrado	Adiantamentos Recebidos	Saldo
2016	57.540.904 €	53.680.099 €	2.740.416 €	59.425.564 €	-3.005.049 €
2015	59.728.890 €	56.072.793 €	2.389.269 €	59.158.883 €	-696.821 €
2014	65.687.990 €	60.895.110 €	1.658.698 €	65.162.994 €	-2.609.186 €
2013	69.012.100 €	59.256.629 €	4.095.852 €	72.172.482 €	-8.820.001 €
2012	68.908.855 €	63.609.444 €	0 €	68.908.856 €	-5.299.412 €
2011	65.718.431 €	59.100.964 €	0 €	65.718.431 €	-6.617.467 €

Facturação Líquida

O quadro seguinte representa a facturação líquida realizada em 2016 às entidades com um volume superior a 100.000 €, destes destacamos a facturação emitida à ACSS que inclui facturação referente ao Contrato Programa de 2016, assim como a facturação realizada de anteriores contratos programa.

Facturação Líquida em 2016					
Entidade Terceira	NIF	Facturação emitida em 2016	Saldo em 31/12/2016		Conta SNC
			Devedor	Credor	
ACSS	503.045.039	76.814.887 €	35 €		21121
ARSLVT	503.148.776	1.001.138 €	375.890 €		21142
Hospital Garcia de Orta	506.361.470	123.248 €		97.084 €	278826
Instituto Português do Sangue	502.423.943	351.024 €		267.883 €	2788241
ARSLVT	503.148.776	412.383 €		2.989.340 €	2788241

Investimentos realizados

Investimentos realizados em 2016					
Designação do Investimento	Valor total do projecto	Plurianual? Indicar período	Autorização CA	Investimento co-financiado (Sim/Não)	Valor da execução financeira 2016
Empreitada de beneficiação do Serviço de Esterilização	733.256 €	Não	04 de Março de 2016	Não	739.222 €
Unidade de Contingência do Hospital do Montijo	179.925 €	Não	28 de Setembro de 2016	Não	179.869 €
Equipamento de Substituição da Unidade de Técnicas Endoscópicas	200.601 €	Não	19 de Novembro e 4 de Dezembro de 2015	Não	200.601 €
Ecocardiografo	159.285 €	Não	23 de Dezembro de 2015	Não	159.285 €

8. Cumprimento das Obrigações Legais

Objectivos de Gestão

O Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE pauta a sua atuação na prossecução dos seguintes objetivos:

- ✓ Orientar toda a atividade em função do doente, respondendo às suas necessidades, de acordo com as melhores práticas disponíveis;
- ✓ Prosseguir e implementar metodologias de gestão que proporcionem a realização pessoal e profissional dos seus colaboradores;
- ✓ Rentabilizar a capacidade disponível e garantir a viabilidade económico-financeira da instituição.

Gestão do Risco Financeiro

Em Dezembro de 2008, o CHBM financiou-se através do Fundo de Apoio de Pagamentos do SNS, no montante de 24,3 milhões de euros e realizou uma aplicação no mesmo Fundo no montante de 4 milhões de euros. Este financiamento destinou-se à regularização de dívidas a fornecedores do SNS, conforme determinado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 191-A/2008.

Em Setembro de 2009 realizou-se o resgate do montante aplicado tendo-se liquidado juros no valor de 298 mil euros, em Dezembro desse mesmo ano efectuou-se um aumento do Capital Estatutário de 8 milhões de euros, utilizado para amortização o financiamento realizado e segundo as orientações da tutela.

Desse resgate resultou uma amortização de capital de 7,8 milhões de euros, liquidando-se juros no valor de 125 mil euros.

Por Despacho conjunto nº 14181-A/2013 de 1 de Novembro, do Secretário de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado da Saúde, foi determinado um aumento do capital estatutário no valor de 12,8 milhões de euros, realizado através da entrega do número de unidades de participação, detidas pelo Estado no Fundo. São também perdoados todos os juros vencidos e não pagos até à data de entrada em vigor do despacho acima referido, que produziu os seus efeitos a 1 de Janeiro de 2014.

O Despacho nº 15476-B/2014 de 19 de Dezembro, do Secretário de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado da Saúde, vem novamente reforçar o Capital Estatutário do CHBM,EPE no montante 45,3 milhões de euros, totalmente subscrito pelo Estado em numerário cifrando-se actualmente nos 99,03 milhões de euros.

À data de 31/12/2016, o CHBM, EPE não contraiu quaisquer empréstimos.

ACRÉSCIMO DE ENDIVIDAMENTO			
Anos	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	0 €	0 €	0 €
Taxa Média de Financiamento (%)	0,000%	0,000%	0,000%

PASSIVO REMUNERADO (€)	2016	2015	2014	Variação 16/15	
	Valores (€)			Valor	%
Financiamentos Obtidos (Correntes e Não Correntes)	- €	- €	- €	- €	#DIV/0!
- Dos quais concedidos pela DGTF	- €	- €	- €	- €	#DIV/0!
Aumentos de Capital por dotação	- €	- €	45.300.000 €	- €	#DIV/0!
Aumentos de Capital por conversão de créditos	- €	- €	- €	- €	#DIV/0!
Endividamento Ajustado				- €	#DIV/0!

Evolução do Prazo Médio de Pagamento

No final do ano de 2016, o CHBM obteve um prazo médio de pagamento de 186 dias, o que representa uma diminuição de -17,3% (-39 dias), face ao valor alcançado no ano anterior.

Prazo Médio de Pagamentos				
	2016	2015	Variação 15/14	
			Valor	%
PMP (dias)	186	225	-39	-17,3%

Resultados Obtidos

Foram prosseguidas todas as diligências acordadas em sede de contratualização com o Serviço Nacional de Saúde, designadamente o cumprimento do orçamento de custos aprovado, embora por insuficiência de recursos financeiros não tenha sido possível colocar a dívida de fornecedores nos níveis legalmente consignados.

Dívidas Vendidas	0 - 90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º DL 65-A/2011			
		90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	5.496.460 €	928.137 €	298.710 €	227.390 €	3.448 €
Aq. de Capital					
TOTAL	5.496.460 €	928.137 €	298.710 €	227.390 €	3.448 €

De acordo com o artº 14º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO) para 2016, foi divulgado a lista das dívidas certas, líquidas e exigíveis há mais de 30 dias, das EPE com PMP superior a 60 dias, no respetivo sítio da Internet.

http://www.chbm.min-saude.pt/attachments/article/303/dividas_vencidas16.pdf

Dividas a Fornecedores a 31/12/2016								
Tipo Fornecedor	Dividas não Vencidas	Dividas vencidas de acordo com o artº. 14º DLEO - 2016				Divida Total	Total Divida Vencida	Pagamentos em Atraso
		90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias			
Fornecedores Externos	6.275.079 €	5.496.460 €	1.226.847 €	227.390 €	3.448 €	13.229.224 €	6.954.145 €	1.457.685 €
Fornecedores SNS	87.863 €	185.889 €	427.256 €	590.654 €	2.495.103 €	3.786.765 €	3.698.902 €	3.513.013 €
Outros Fornecedores	9.224 €	1.292 €	5.150 €	8.316 €	30.942 €	54.924 €	45.700 €	44.408 €
TOTAL	6.372.166 €	5.683.641 €	1.659.252 €	826.361 €	2.529.493 €	17.070.913 €	10.698.747 €	5.015.106 €

Remunerações

Conselho de Administração

Aos membros do Conselho de Administração não foi atribuído qualquer prémio de gestão, nos termos do art.º 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015).

A todos os membros do Conselho de Administração foram aplicadas as reduções remuneratórias, nos termos do art.º 2º da Lei n.º 75/2014 de 12 de Setembro, bem como a manutenção da aplicação da redução de 5%, nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, conforme o seguinte quadro.

Conselho de Administração (até 2 de Novembro de 2016)					
	Presidente	Vogal	Vogal	Directora Clínica	Enfª Directora
Mandato	II	II	II	II	II
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não	Não
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	68.927,07 €	61.897,29 €	55.752,12 €	67.158,14 €	54.015,61 €
OPRLO	Não	SIM	Não	SIM	Não
Entidade de Origem (Identificar)	CHLC	CHLC	CHO	CHBM	CHBM
Entidade pagadora (origem/Destino)	CHBM	CHBM	CHBM	CHBM	CHBM
1.1. Remuneração Anual	42.322,08 €	37.141,07 €	36.801,82 €	46.471,24 €	36.801,82 €
1.2. Despesas de Representação (Anual)	14.812,70 €	11.040,51 €	11.040,51 €	11.040,51 €	11.040,51 €
1.3. Férias vencidas e não gozadas/complemento de atividade	4.720,14 €	7.488,00 €	1.736,51 €	1.599,21 €	0,00 €
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	2.856,73 €	2.409,08 €	2.392,03 €	2.875,00 €	2.392,03 €
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	1.941,08 €	1.636,96 €	1.626,20 €	1.875,14 €	1.626,20 €
1.6. Pagamento dos subsídios de férias e natal	7.072,15 €	6.227,71 €	6.173,28 €	8.047,18 €	6.173,28 €
1.7. Reduções de anos anteriores					
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5+1.6-1.7)	64.129,26 €	57.851,25 €	51.733,89 €	62.408,00 €	49.997,38 €
2. Remuneração variável					
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)					
4. Outras subsídio vitalício e assistência a 3ª pessoa			3.195,59 €		
Subsídio de deslocação					
Subsídio de refeição	832,65 €	845,46 €	819,84 €	772,87 €	760,06 €
Encargos com benefícios sociais	15.230,70 €	13.739,67 €	12.286,80 €	14.821,90 €	11.874,38 €
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg. Social/Outros)	CGA	SS	CGA	CGA	CGA
Seguros de saúde					
Seguros de vida					
Seguro de Acidentes Pessoais					
Outros (Identificar)					
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade (Identificar)					
Remuneração Anual					
Parque Automóvel					
Mandato	II	II	II	II	II
Modalidade de Utilização					
Valor de referência da viatura nova					
Ano Início					
Ano Termo					
N.º prestações (se aplicável)					
Valor Residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço					
Combustível gasto com a viatura					
Plafond anual Combustível atribuído					
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)					
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)					
Outras regalias e compensações					
Mandato	II	II	II	II	II
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	70,00 €	70,00 €	70,00 €	70,00 €	70,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	106,53 €	35,28 €	53,26 €	0,58 €	27,06 €
Outras (indicar)					
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)					
Gastos c/ deslocações					
Mandato	II	II	II	II	II
Custo total anual c/ viagens					
Custos anuais com Alojamento					
Ajudas de custo					
Outras (indicar)					

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Conselho de Administração (a partir de 3 de Novembro de 2016)					
					Unid: €
	Presidente	Vogal	Vogal	Director Clínico	Enfº Director
Mandato	I	I	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não	Não
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	11.616,63 €	9.747,79 €	9.747,79 €	10.689,19 €	9.747,79 €
OPRLO	Não	Não	Não	SIM	Não
Entidade de Origem (Identificar)	HGO	SCML	ARSLVT	CHLN	CHBM
Entidade pagadora (origem/Destino)	CHBM	CHBM	CHBM	CHBM	CHBM
1.1.Remuneração Anual	8.128,08 €	7.067,89 €	7.067,89 €	7.940,23 €	7.067,89 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	2.845,08 €	2.120,36 €	2.120,36 €	2.120,36 €	2.120,36 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)					
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	548,89 €	459,40 €	459,40 €	503,03 €	459,40 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011					
1.6.Pagamento dos subsídios de férias e natal	643,47 €	559,54 €	559,54 €	628,60 €	559,54 €
1.7.Reduções de anos anteriores					
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5+1.6-1.7)	11.067,74 €	9.288,39 €	9.288,39 €	10.186,16 €	9.288,39 €
2. Remuneração variável					
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)					
4.Outras Bonificação por deficiência e assistência a 3ª pessoa					
Subsídio de deslocação					
Subsídio de refeição	170,80 €	170,80 €	170,80 €	170,80 €	170,80 €
Encargos com benefícios sociais	2.628,59 €	2.206,00 €	2.206,00 €	2.419,21 €	2.206,00 €
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	SS	SS	CGA	CGA	CGA
Seguros de saúde					
Seguros de vida					
Seguro de Acidentes Pessoais					
Outros (Identificar)					
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade (identificar)					
Remuneração Anual					
Parque Automóvel					
Mandato	I	I	I	I	I
Modalidade de Utilização					
Valor de referência da viatura nova					
Ano Início					
Ano Termo					
N.º prestações (se aplicável)					
Valor Residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço					
Combustível gasto com a viatura					
Plafond anual Combustível atribuído					
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)					
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)					
Outras regalias e compensações					
Mandato	I	I	I	I	I
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	70,00 €	70,00 €	70,00 €	70,00 €	70,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	9,01 €	3,42 €	0,00 €	5,47 €	25,31 €
Outras (indicar)					
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)					
Gastos c/ deslocações					
Mandato	I	I	I	I	I
Custo total anual c/ viagens					
Custos anuais com Alojamento					
Ajudas de custo					
Outras (indicar)					

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Fiscalização

Foram aplicadas ao Fiscal Único as reduções remuneratórias, nos termos do art.º 2º da Lei n.º 75 /2014 de 12 de Setembro.

Fiscal Único / ROC								
Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração Anual		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
(Início - Fim)		Nome	Numero	Doc.	Data	Limite Fixado	Contratado	
01/01/2011 a 31/12/2013	Fiscal Único	ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa, SROC	115	Des.p. 498/12-SETF	13-04-2012	10.773 €	10.773 €	4º
01/01/2011 a 31/12/2013	ROC	José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues	651	Des.p. 498/12-SETF	13-04-2012	-	-	4º
01/01/2011 a 31/12/2013	Fiscal Suplente	Reinaldo Soares, Rogério Coelho & José Jacob, SROC	162	Des.p. 498/12-SETF	13/04/2012	-	-	4º
01/01/2011 a 31/12/2013	ROC Suplente	Rogério Carlos Guedes Coelho	787	Des.p. 498/12-SETF	13-04-2012	-	-	4º

Nota: O Fiscal Único é o Revisor Oficial de Contas.

Dos restantes trabalhadores

Foi aplicado aos restantes trabalhadores as reduções remuneratórias, em conformidade com o art.º 2º da Lei n.º 75 /2014 de 12 de Setembro.

Complementos de Pensões

Não foram pagos complementos de pensão, para além dos consentidos pelo art. 78.º Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015).

Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público

Não é permitida a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração tendo por objecto a realização de despesas ao serviço do CHBM. Assim como não é permitido o reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, tem como limite o valor fixado para os cargos de direção superior de 1.º grau da Administração Pública (Despacho n.º 35/2013, de 19 de setembro do CA/CHBM).

Despesas Não Documentadas

Foi dado cumprimento ao princípio de proibição de realização de quaisquer despesas não documentadas e de transparência financeira, conforme previsto do nº 2 art. 16º da Lei nº 133/2013 de 3 de Outubro, detendo esta Instituição contabilidade organizada nos termos legais, que permite identificar claramente todos os fluxos financeiros, operacionais e económicos.

Relatório sobre Remunerações pagas a Homens e Mulheres

O CHBM elaborou relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014 de 7 de Março, o qual foi divulgado internamente e disponibilizado no respetivo sítio na Internet.

http://www.chbm.min-saude.pt/attachments/article/328/Igualdade_genero_relatorio16.pdf

Contratação Pública

As normas de contratação pública em vigor no Centro Hospitalar Barreiro Montijo (CHBM) decorrem do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, e posteriormente alterado pela Lei n.º 3/2010 de 27 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de Julho.

Em 2012 foi aprovada uma “Política de Aprovisionamento” que visa estabelecer as regras relativas à aquisição de bens, serviços e aquisição de empreitadas, bem como à gestão dos stocks no CHBM, concretizadas através da ação desenvolvida pelo Serviço de Aprovisionamento (SAp), com a participação dos clientes internos (utilizadores).

A preparação e realização da compra são sempre e apenas, efetuadas pelo SAp segundo as regras de contratação pública prevista no CCP e demais legislação aplicável. A “Política de Aprovisionamento” do CHBM é operacionalizada através da elaboração e implementação dos Procedimentos Gerais ou Sectoriais.

O SAp tem Certificação pela Norma ISO 9001:2008, desde 2009, tendo sido o primeiro serviço de aprovisionamento certificado a nível nacional por este referencial. Tendo em vista assegurar a eficiente utilização dos recursos, o eficaz controlo dos processos e a avaliação e minimização dos riscos identificados, estão aprovados e publicados 15 procedimentos internos, além do Manual de Qualidade e do Regulamento de Contratação. Procedeu-se recentemente à revisão e atualização do Regulamento de Contratação e do procedimento APR.1009 - Avaliação de fornecedores externos, que incorporam também as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Durante o ano a que se reporta o presente Relatório, não foi celebrado nenhum contrato de valor superior a 5M€, sendo, contudo, submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas todos os atos, contratos ou outros instrumentos geradores de despesa nos termos dos artigos 44.º a 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

Da Prevenção da Corrupção

O ano de 2016 caracterizou-se por um forte empenhamento no sentido de elaborar e implementar o Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas adaptado às Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção e da Inspeção-Geral da Saúde, bem

como um especial envolvimento dos trabalhadores deste CHBM na concretização desse objetivo.

O Plano, aprovado pelo Conselho de Administração, foi publicado no sítio da internet e intranet e divulgado através de circular informativa e da Newsletter do CHBM, tendo sido, também, agendadas ações de formação e divulgação junto dos colaboradores, através da realização de Workshops.

<http://www.chbm.min-saude.pt/attachments/article/328/corrupcao16.pdf>

Da adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

No que se refere aos contratos celebrados para aquisição de bens e serviços, este Centro Hospitalar aderiu a todos os acordos quadro da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde E.P.E. (SPMS), entidade criada como central de compras para o sector específico da saúde. Aderiu, também, à grande maioria dos procedimentos desenvolvidos pela Secretaria-Geral do Ministério da Saúde e da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública I.P. (ESPAP), como entidade voluntária. Os contratos celebrados no âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas representaram, em 2016, cerca de 64% da despesa com aquisições de bens e serviços, conforme se indica.

	Quantidade	Valor
Total de procedimentos aquisitivos	3.482	28.746.444 €
Procedimentos ao abrigo dos acordos-quadro	841	18.390.537 €
% acordo quadro versus total	24%	64%

Da Frota Automóvel

No que se reporta às orientações previstas nos ofícios circulares decorrentes do n.º 4 do artigo 61.º da Lei n. 82-B/2014, de 31 de Dezembro, é de referir que a redução de gastos associados à frota automóvel ficou evidenciada com a redução do número de veículos do parque automóvel em Abril de 2013, considerando que foram abatidas quatro viaturas sem qualquer substituição.

Em 2015, com a criação desta Unidade Domiciliar de Cuidados Paliativos, sediada neste Centro Hospitalar, foi adquirida uma viatura específica para o efeito, em conformidade com a candidatura e financiamento aprovados pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Em 2016, não foi adquirida qualquer viatura.

Medidas de Redução de Gastos Operacionais

O CHBM tem mantido uma política de redução dos custos operacionais, evidenciado no quadro seguinte:

Plano Redução Custos	META	2016	2015	2014	2013	2012	2011	Variação 2016/2015		Variação 2016/2011	
								Absoluta	%	Absoluta	%
1 - CMVMC	20.326.540 €	18.519.290 €	17.840.624 €	16.914.500 €	17.136.811 €	18.352.268 €	21.054.642 €	678.666	3,8%	-2.535.352	-14,8%
2 - FSE	13.099.384 €	12.799.497 €	11.915.643 €	11.455.031 €	11.646.196 €	12.026.443 €	13.848.724 €	883.854	7,4%	-1.049.227	-9,0%
3 - Gastos com Pessoal	43.939.313 €	45.947.732 €	42.832.791 €	42.289.527 €	43.467.335 €	43.143.200 €	46.399.104 €	3.114.941	7,3%	-451.372	-1,0%
4 = (1)+(2)+(3) Gastos Operacionais	77.365.237 €	77.266.519 €	72.589.058 €	70.659.058 €	72.250.342 €	73.521.911 €	81.302.470 €	4.677.461	6,4%	-4.035.951	-5,6%
5 - Volume de Negócios	60.247.154 €	59.783.699 €	61.436.964 €	65.331.802 €	70.352.031 €	62.929.818 €	59.761.291 €	-1.653.265	-2,7%	22.408	0,0%
6 = (4)/(5) - Peso dos Gastos no VN	128%	129%	119%	108%	103%	117%	136%				
Lei OE 2015 - Artº 61 nº 3											
Comunicações (FSE)	Em Linha com 2015	235.914 €	204.615 €	238.167 €	246.500 €	218.625 €	313.466 €	31.299	15%	-77.552	-31,5%
Deslocações e Estadas (FSE)	Em Linha com 2015	- €	9 €	260 €	220 €	- €	3.885 €	-9	-100%	-3.885	-1765,9%
Ajudas de Custo (Gastos com Pessoal)	Em Linha com 2015	4.375 €	4.285 €	1.738 €	2.989 €	469 €	3.133 €	90	2%	1.242	41,6%
Numero Trabalhadores											
Nº de Efectivos		1.719	1.609	1.533	1.571	1.062	1.658			n.a.	n.a.
Nº Cargos de Direcção		12	12	13	13	13	14			n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores / Cargo Direcção		0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	1,2%	0,8%			n.a.	n.a.
Viaturas											
Nº de Viaturas	Menor que 2015	7	7	8	8	n.a.	n.a.			n.a.	n.a.
Gastos com Viaturas	Menor que 2015	34.853 €	37.977 €	47.025 €	38.399	n.a.	n.a.			n.a.	n.a.

O art. 61º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro não é aplicável ao CHBM, uma vez que estão excepcionados do respectivo âmbito os hospitais entidades públicas empresariais, natureza jurídica detida por este Centro Hospitalar.

Princípio da Unidade de Tesouraria

Conforme previsto na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, o CHBM mantém as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, E. P. E., sendo-lhe para esse efeito aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, alterado pelas Leis n.º 3-B/2000, de 4 de abril, e n.º 107 -B/2003, de 31 de dezembro.

Não foram auferidos juros em incumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, reconhecendo-se que as receitas de todas as aplicações financeiras que sejam efetuadas em violação deste princípio revertem para o Estado.

Auditorias do Tribunal de Contas

O CHBM não foi alvo de auditoria pelo Tribunal de Contas no ano em apreço.

Informação divulgada no site

Informação a constar no site do SEE	Divulgação			Comentário
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (pdf)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, Objectivos, Políticas, Obrig. serv. Público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgão Sociais:				
Modelo de Governo (Identificação dos Órgãos Sociais)	X			
Estatuto Remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes com entidades relacionadas	X			
Outras transacções	X			
Análise da sustentabilidade económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Barreiro, 31 de março de 2017

O TÉCNICO DE CONTAS

Fernando Joaquim Galvão

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração

Pedro Nuno Miguel Baptista Lopes

O Vogal do Conselho de Administração

Eduardo Manuel Rodrigues

A Vogal do Conselho de Administração

Sónia Maria Alves Bastos

O Diretor Clínico

Luís Filipe Pereira dos Santos Pinheiro

O Enfermeiro Diretor

António Manuel Silva Viegas

9. Anexos - Demonstrações financeiras

Balanço em 31-12-2016

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	33.286.686,03	35.495.695,00
Ativos intangíveis	8	1.398,71	7.525,40
Outros investimentos financeiros		42.276,63	14.260,85
		33.330.361,37	35.517.481,25
Ativo corrente			
Inventários	20	3.152.966,26	3.071.980,56
Clientes	29	974.080,51	1.305.476,14
Estado e outros entes públicos	27	249.047,17	320.449,27
Outros créditos a receber	7;29	12.668.480,46	29.018.401,18
Caixa e depósitos bancários	5	1.063.341,40	12.401.409,60
		18.107.915,80	46.117.716,75
Total do ativo		51.438.277,17	81.635.198,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	29	99.030.000,00	99.030.000,00
Outras reservas		6.141.795,88	6.141.795,88
Resultados transitados		(124.312.352,39)	(113.536.593,57)
Excedentes de revalorização	8;9	17.316.155,36	18.840.790,31
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		865.834,53	980.752,35
Resultado líquido do período		(17.806.660,18)	(12.269.837,59)
Total do capital próprio		(18.765.226,80)	(813.092,62)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	23	895.747,43	611.366,17
Passivos por impostos diferidos	27	4.608.136,22	5.269.017,68
		5.503.883,65	5.880.383,85
Passivo corrente			
Fornecedores	29	12.690.551,60	9.627.595,18
Adiantamentos de clientes	29	35.729.389,37	52.135.431,12
Estado e outros entes públicos	27	1.715.740,37	1.530.959,11
Outras dividas a pagar	7;29	14.563.938,98	13.273.921,36
		64.699.620,32	76.567.906,77
Total do passivo		70.203.503,97	82.448.290,62
Total do capital próprio e do passivo		51.438.277,17	81.635.198,00

Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31-12-2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	22	60.216.016,78	61.436.963,88
Subsídios à exploração		139.232,30	40.332,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	(18.519.289,61)	(17.840.624,14)
Fornecimentos e serviços externos	11;32	(12.799.497,59)	(11.915.642,81)
Gastos com o pessoal	7;30	(45.947.732,35)	(42.832.791,42)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	29	19.960,88	(110.298,42)
Provisões (aumentos/reduções)	23	(284.381,26)	(159.908,65)
Outros rendimentos	22	3.617.243,99	3.218.923,60
Outros gastos		(517.028,29)	(393.547,61)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(14.075.475,15)	(8.556.593,07)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8;9	(4.143.468,92)	(4.120.316,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(18.218.944,07)	(12.676.909,19)
Resultado antes de impostos		(18.218.944,07)	(12.676.909,19)
Imposto sobre o rendimento do período	27	412.283,89	407.071,60
Resultado líquido do período		(17.806.660,18)	(12.269.837,59)

[Handwritten signatures and initials]

Apreciado em Reunião
do Conselho de Administração
CHBM, E. P. E.
de 11/05/2017
ACTA N.º 19

C.A.
APROVADO

[Handwritten signature]

Pedro Lopes
Presidente do Conselho de Administração

Anexo

às Demonstrações Financeiras

2016

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE

Barreiro, 31 de março de 2017

20
AS
X

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	4
1.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	4
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO UTILIZADO	4
2.2 DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
2.3 CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR.....	5
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	5
3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
4. FLUXOS DE CAIXA	9
4.1 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS:.....	9
4.2 OUTRAS INFORMAÇÕES.....	11
4.3 COMENTÁRIO DA GERÊNCIA SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.....	11
5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	12
5.1 EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS E ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS BEM COMO DA DETECÇÃO DE ERROS NOS PERÍODOS ANTERIOR, CORRENTE E FUTUROS, CONFORME QUADRO SEGUINTE:.....	12
6. PARTES RELACIONADAS	12
6.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS	12
6.1.1 <i>Identificar se existem participações entre entidades</i>	12
6.2 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	13
6.2.1 <i>Natureza do relacionamento com as partes relacionadas</i>	13
6.2.2 <i>Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:</i>	13
6.2.3 <i>Remunerações do pessoal chave da gestão, conforme quadro seguinte:</i>	14
7. ATIVOS INTANGÍVEIS	14
7.1 DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS INTANGÍVEIS, CONFORME QUADRO SEGUINTE:	14
7.2 OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	16
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	16
8.1 DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, CONFORME QUADRO SEGUINTE:.....	16
8.2 DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS CONTABILIZADOS POR QUANTIAS REVALORIZADAS:.....	19
8.3 OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	20
9. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	20
9.1 POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA NOS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADOS NO PERÍODO E RESPECTIVA TAXA, BEM COMO OS RECONHECIDOS EM GASTOS:	20
10. INVENTÁRIOS	20
10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS E FÓRMULA DE CUSTEIO USADA.....	20

ZD
S3
A

10.2 APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS E OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE ESTAS NATUREZAS DE INVENTÁRIOS, CONFORME QUADRO SEGUINTE:	21
11. RÉDITO	21
11.1 QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA DURANTE O PERÍODO, CONFORME QUADRO SEGUINTE	21
12. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	22
12.1 SALDOS À DATA DO BALANÇO E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE CADA CLASSE DE PROVISÃO, CONFORME QUADRO SEGUINTE:	22
12.2 DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE PASSIVO CONTINGENTE À DATA DO BALANÇO	25
13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	25
13.1 POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA PARA OS SUBSÍDIOS DO GOVERNO, INCLUINDO OS MÉTODOS DE APRESENTAÇÃO ADOPTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	25
14.1 AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO:	25
14.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DE CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO.	25
INDICAÇÃO SOBRE SE FORAM RECEBIDAS INFORMAÇÕES APÓS A DATA DO BALANÇO ACERCA DE CONDIÇÕES QUE EXISTIAM À DATA DO BALANÇO. EM CASO AFIRMATIVO, INDICAÇÃO SOBRE SE, FACE ÀS NOVAS INFORMAÇÕES, FORAM ATUALIZADAS AS DIVULGAÇÕES QUE SE RELACIONAM COM ESSAS CONDIÇÕES	25
15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	26
15.1 DIVULGAÇÃO DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO:	26
15.2 IMPOSTO DIFERIDO E CORRENTE RECONHECIDO NOS RESULTADOS E EM CAPITAIS PRÓPRIOS, CONFORME QUADRO SEGUINTE	26
15.3 DIVULGAÇÕES RELACIONADAS COM OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	27
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	28
16.1 PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS, CONFORME DISCRIMINAÇÃO NO QUADRO SEGUINTE:	28
16.2 DISCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA:	28
16.3 CATEGORIAS (NATUREZAS) DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS, PERDAS POR IMPARIDADE, RENDIMENTOS E GASTOS ASSOCIADOS, CONFORME QUADRO SEGUINTE:	29
16.4 SITUAÇÃO DE INCUMPRIMENTO PARA EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS RECONHECIDOS À DATA DO BALANÇO	30
16.5 INDICAÇÃO DAS QUANTIAS DO CAPITAL SOCIAL NOMINAL E DO CAPITAL SOCIAL POR REALIZAR E RESPECTIVOS PRAZOS DE REALIZAÇÃO.	30
16.6 QUANTIAS DE AUMENTOS DE CAPITAL REALIZADO NO PERÍODO E A DEDUÇÃO EFETUADA COMO CUSTOS DE EMISSÃO	30
16.7 QUANTIAS E DESCRIÇÃO DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO EMITIDO E A RESPECTIVA QUANTIA ACUMULADA À DATA DO BALANÇO.	30
17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	30
17.1 PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA E HORAS TRABALHADAS	30
17.2 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS E ENCARGOS DA ENTIDADE	31
17.3 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	32
17.4 BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO	32
18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	32
18.1 INFORMAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÓMICA	32
18.2 INFORMAÇÃO POR MERCADO GEOGRÁFICO	33
18.3 OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	34

P
A
S
X

19. OUTRAS INFORMAÇÕES	34
19.1 DISCRIMINAÇÃO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	34
19.2 OUTRAS DIVULGAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS	35

Handwritten initials and marks in blue ink, including a large 'Z' and a star-like symbol.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

Designação da entidade: CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE

Sede social: Rua Movimento das Forças Armadas

Endereço eletrónico: admin@chbm.min-saude.pt

Página da internet: www.chbm.min-saude.pt

Natureza da atividade: Atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em consideração as alterações ao normativo contabilístico, aplicáveis aos períodos iniciados em 1 de Janeiro de 2016.

Face às alterações do normativo contabilístico em 2016 existem rubricas do balanço que não são comparáveis com o período anterior, nomeadamente os impostos diferidos dos subsídios, e bem assim as rubricas do balanço de saldos de terceiros que passaram a estar apresentados agregadamente face ao novo modelo de balanço.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições. As Demonstrações Financeiras demonstram uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Face às alterações do normativo contabilístico em 2016 existem rubricas do balanço que não são comparáveis com o período anterior, nomeadamente os impostos diferidos dos subsídios, e bem assim as rubricas do balanço de saldos de terceiros que passaram a estar apresentados agregadamente face ao novo modelo de balanço.

Portaria nº 2018/2015 (subsídios) – Pg. 27

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

20
53
1

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu

Handwritten notes in the top right corner, including the number '7', a signature, and a checkmark.

desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contractos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no CHBM EPE, referem-se a Fundos de compensação do trabalho (FCT). As entregas mensais para o FCT, efetuadas pelo CHBM, são reconhecidas como um ativo financeiro e mensuradas ao custo.

As variações de justo valor são reconhecidas como “Ganhos por aumentos de justo valor” em investimentos financeiros ou em “Perdas por reduções de justo valor em investimentos financeiros”

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

- Imparidade de ativos.

Os créditos de clientes de cobrança duvidosa são reconhecidos em perdas por imparidades de clientes em 100% do saldo em dívida após a data de vencimento das faturas.

Os créditos do estado não são reconhecidos como imparidade.

No ano em pareço não foram reconhecidas outras imparidades de ativos para além dos anteriormente divulgados.

- Benefícios dos empregados

Os benefícios incluídos no CHBM, E.P.E. são:

- Benefícios a curto prazo dos empregados, tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga, participação nos lucros e bónus (se pagáveis dentro de doze meses do final do período);
- e Benefícios pós-emprego tais como pensões.

70
* 33
X

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", de forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os

Handwritten initials and marks in the top right corner, including 'Z', 'S', and 'X'.

dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	268.723,29	23.856.259,13	24.010.480,30	114.502,12
Outros depósitos bancários	12.132.686,31	60.551.479,97	71.735.327,00	948.839,28
Total	12.401.409,60	84.407.739,10	95.745.807,30	1.063.341,40

Caixa

No que concerne à caixa, o CHBM, E.P.E. tem implementado um conjunto de fundos de maneo, em sistema de fundo fixo. Estes fundos são usados apenas para que os serviços disponham de algum dinheiro para pagamentos de pequeno montante. O valor do fundo fixo, no final do ano é devolvido aos serviços financeiros.

ZD
* SB
AS

Conta	Caixa	Contabilida de	Fundo Fixo 2016	Fundo Fixo 2015	Varição dos Fundos
1111	Caixa A	-			
118101	FM - Aprovisionamento	-	350,00	350,00	-
118102	FM - Tesouraria	-	300,00	300,00	-
118103	FM - C. Ext. Admissão Doentes	-	100,00	60,00	40,00
118104	FM - S.I.E.	-	400,00	400,00	-40,00
118105	FM - Serviço Social	-		100,00	-100,00
118106	FM - Pedops	-		35,00	-
118107	FM - MFR	-	20,00		
118109	FM - Urgência	-	110,00	170,00	40,00
118110	FM - Transportes	-	100,00	100,00	-
118111	FM - Urgência Montijo	-	60,00	-	-40,00
118112	FM - Tx. Moderadoras	-	40,00		-
118113	FM - Administração	-	35,00	35,00	-

Depósitos

Evidenciação detalhada dos valores em depósitos à ordem à data de 31-12-2016:

Banco	Contabilidade	Banco	Dif. Recon.	Reconciliação
BES - 52901256	4.133,57 €	4.104,76 €	28,81 €	-28,81 €
BES Multibanco - 0003 2309 1869	192,53 €	270,28 €	-77,75 €	77,75 €
Santander	50.014,87 €	317.327,63 €	-267.312,76€	267.312,76 €
Santander Jornadas	60.161,15 €	60.321,15 €	-160,00 €	160,00 €
Banca Comercial	114.502,12 €	382.023,82 €	-267.521,70 €	267.521,70 €
DGT Conta nº 4422/95	936.124,93 €	939.440,43 €	-3.315,50 €	3.315,50 €
DGT Conta nº 4028/ Montijo	12.714,35 €	12.714,35 €	0,00 €	0,00 €
DGT Conta nº 1120014810	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €
DGT	948.839,28 €	952.154,78 €	-3.315,50 €	3.315,50 €
Total	1.063.341,40 €	1.334.178,60 €	-270.837,20 €	270.837,20 €

Zd
* 8
X

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	136.781,34	20.859.439,95	20.727.498,00	268.723,29
Outros depósitos bancários	41.420.861,89	58.705.235,59	87.993.411,17	12.132.686,31
Total	41.557.643,23	79.564.675,54	108.720.909,17	12.401.409,60

4.2 Outras Informações

Em 2016 o CHBM, E.P.E. recebeu sob a forma de subsídio à exploração o valor 139.232,30 € dos quais 81.732,30€ relativamente a transferências do INEM para pagamento dos serviços realizados pela VMER que se encontra localizada do Hospital do Barreiro e 57.500,00 relativamente a transferência da Fundação Calouste Gulbenkian para a criação de unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações seguros não vida		
Subsídios à exploração	139.232,30	40.332,50
Imposto sobre o rendimento		
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)		
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento		
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)		
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso		9.211.483,26

4.3 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O Despacho Conjunto nº 12875-A/2016, de 19 de Outubro dos Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado da Saúde determina a utilização dos saldos ainda existentes no IGCP, relativamente ao aumento de capitais estatutários realizados de acordo com o disposto no Despacho nº 15476-B/2014, de 19 de Dezembro, tendo sido aplicados para o pagamento de dívidas vencidas a fornecedores externos.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Actualmente não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

Não existem quaisquer alterações de políticas e estimativas contabilísticas, bem como da deteção de erros nos períodos anteriores e corrente.

6. Partes relacionadas

6.1 Identificação das partes relacionadas

6.1.1 Identificar se existem participações entre entidades

O capital estatutário do CHBM, EPE é detido pelo Estado Português e encontra-se totalmente realizado.

A Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) é a entidade mãe do Grupo Público da Saúde, sendo responsável pela consolidação das contas.

Descrição	Texto
Participa no capital de outras pessoas coletivas? (Sim/Não)	Não
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	Não
Se não, identifique a entidade controladora final:	
Denominação	ACSS
NIF	508188423
LEI	Portaria nº 474/2010
Sede (País)	PT
Se não residente, indique a entidade controladora no território nacional:	
Denominação	
NIF	
LEI	
Existem pessoas coletivas que participam indiretamente no capital da entidade? (Sim/Não)	Não
A entidade participa indiretamente no capital de outras pessoas coletivas?	Não



6.2 Transações entre partes relacionadas

6.2.1 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Para além das transações realizadas com clientes e fornecedores, o CHBM também se relaciona com outros hospitais do Serviço Nacional de Saúde e com as Administrações Regionais de Saúde (ARS), nomeadamente para a realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

6.2.2 Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
Conta de Clientes	34,80		375.889,99				416.214,17
VALOR DAS TRANSAÇÕES							

Transações do ano com entidades relacionadas

Descrição	Montante das Transações de 2016
Empresa Mãe	
ACSS	77.185.843,62€
Outras partes relacionadas	
SPA/SNS	
ARS	1.064.785,46€
ADSE	
Outras partes relacionadas	409.006,48€

Handwritten initials and marks:
 PO
 A
 30
 X

Quadro comparativo:

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
Conta de clientes							1.083.333,36
VALOR DAS TRANSAÇÕES							

6.2.3 Remunerações do pessoal chave da gestão, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Total de remunerações	335.130,75	300.575,23
Total benefícios de curto prazo dos empregados		
Total benefícios pós-emprego		
Total benefícios de longo prazo		
Total benefícios por cessação de emprego		
Total pagamentos com base em ações		

7. Ativos intangíveis
7.1 Divulgação para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		442.785,94	1.058.249,24					1.501.035,18
Amortizações acumuladas totais no fim do período		442.785,94	1.056.850,53					1.499.636,47
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Aquisições do período			1.004,91					1.004,91
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								

Anexo às Demonstrações Financeiras 2016

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

Valor bruto no início		442.785,94	1.057.244,33					1.500.030,27
Amortizações acumuladas		442.785,94	1.049.718,93					1.492.504,87
Saldo no início do período			7.525,40					7.525,40
Variações do período			(7.131,60)					(7.131,60)
Total de aumentos								
Amortizações do período			7.131,60					7.131,60
Total diminuições			7.131,60					7.131,60
Saldo no final do período			1.398,71					1.398,71

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedad e industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamento s at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
<i>Valor bruto total no fim do período</i>		442.785,94	1.057.244,33					1.500.030,27
<i>Amortizações acumuladas totais no fim do período</i>		442.785,94	1.049.718,93					1.492.504,87
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		442.785,94	1.054.506,82					1.497.292,76
Amortizações acumuladas		442.785,94	1.038.198,49					1.480.984,43
Saldo no início do período			16.308,33					16.308,33
Variações do período			(8.782,93)					(8.782,93)
Aquisições em primeira mão			2.737,51					2.737,51
Total de aumentos			2.737,51					2.737,51
Outras diminuições			11.520,44					11.520,44
Total diminuições			11.520,44					11.520,44
Saldo no final do período			7.525,40					7.525,40

Anexo às Demonstrações Financeiras 2016

Handwritten initials and marks in the top right corner.

7.2. Outras divulgações

Os ativos intangíveis adquiridos por meio de subsidio do governo são mensurados após o reconhecimento segundo o modelo de custo.

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento				
Programas de computadores	Aquisição	Quotas Const.	3	33,3%
Propriedade industrial				
Outros ativos intangíveis				

8. Ativos fixos tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	3.610.595,52	37.532.879,19	24.589.055,10	323.908,28	5.286.926,04		76.938,25			71.420.302,38
Depreciações acumuladas		7.979.172,89	22.432.567,20	306.938,00	5.133.371,11		72.558,18			35.924.607,38
Saldo no início do período	3.610.595,52	29.553.706,30	2.156.487,90	16.970,28	153.554,93		4.380,07			35.495.695,00
Variações do período		(1.992.405,35)	(196.635,94)	(4.735,92)	(30.278,65)		15.046,89			(2.209.008,97)
Total de aumentos		1.013.063,74	813.379,46		86.067,67		18.664,02			1.931.174,89
Aquisições em primeira mão		1.013.063,74	813.379,46		86.067,67		18.664,02			1.931.174,89
Total diminuições		3.005.469,09	1.152.760,91	4.735,92	127.680,24		3.617,13			4.294.263,29
Depreciações do período		3.005.469,09	1.006.658,31	4.735,92	115.856,87		3.617,13			4.136.337,32
Abates			3.357,09		489,45					3.846,54
Outras transferências										
Saldo no fim do período	3.610.595,52	27.561.300,95	1.959.851,96	12.234,36	123.276,28		19.426,96			33.286.686,03
Valor bruto no fim do período	3.610.595,52	38.545.942,93	25.256.331,96	323.908,28	5.361.170,34		95.602,27			73.193.551,30
Depreciações acumuladas no fim do período		10.984.641,98	23.296.480,00	311.673,92	5.237.894,06		76.175,31			39.906.865,27


Variações de ativos fixos tangíveis por conta ocorrida no ano de 2016:

Conta	Aquisições no Período	Abates no Período
432 - Edifícios e Outras Construções	1.013.063,74 €	- €
433 - Equipamento Básico	813.379,46 €	146.102,60 €
434 - Equipamento de Transporte	- €	- €
435 - Equipamento Administrativo	86.067,67 €	11.823,37 €
437 - Outros A.F.T.	18.664,02 €	- €
TOTAL	1.931.174,89 €	157.925,97 €

Bens de ativos fixos tangíveis cofinanciados:

PROJECTO	Valor Bens Imobilizado	Transferência de valor para 7983 associada a Amort 2016	Saldo final (31/12/2016) da conta 2745
Desenvolvimento e Apetrechamento para a área Oncológica	308.250,02	-	-
SONHO - Instalação nos vários serviços de internamento e hospitais de dia: "Instalação de Equipamento de Leitura do Cartão do Utente em todos os locais de Atendimento de Consulta Externa"	164.500,39	417,58	2.471,74
Equipamento técnico para bloco de partos Neonatologia	339.110,44	-	0,00
Implementação Via Verde Coronária	100.666,94	-	-
Saúde XXI: concepção e implementação de sistema de gestão	13.533,38	-	-
Implementação do sistema de Gestão de Qualidade no Serviço de Imagiologia	15.002,64	-	-
Desenvolvimento e Apetrechamento para a área Oncológica - Projecto integrado para o Hospital	107.063,75	4.014,89	29.183,36
Instalação de uma Unidade de Radioterapia	5.043.288,58	39.103,01	325.966,98
Aquisição de um Sistema de Arquivo e Comunicação de Imagem Digital (PACS)	677.031,30	-	0,00
Qualificação Unidade de Cirurgia em Ambulatório	2.009.799,22	50.209,32	458.666,65
Farmácia 1ª Fase	386.365,71	9.240,81	126.858,89
Cuidados Paliativos	229.998,81	9.982,36	130.914,26
Infertilidade/procriação médica assistida	181.982,78	6.515,97	2.434,88
Plano Nacional de Controlo de Diabetes	10.484,24	-	0,00
TOTAL	9.587.078,20	119.483,93	1.076.496,75



Mapa Bens doados em espécie

	Doações
Bens anteriores a 2015	361.871,93 €
Bens doados em 2016	40,00 €
Abates bens doados - 2016	- 11.000,00 €
	350.911,93 €

	Depreciações
Bens anteriores a 2015	- 316.393,95 €
Bens doados em 2016	- 26.021,66 €
Abates bens doados - 2016	11.000,00 €
	331.415,61 €

Valor Líquido dos Bens Doados	19.496,32 €
--------------------------------------	--------------------

No ano de 2016 foram doados bens ao CHBM, no valor de 40,00€.

Mapa de revalorização

	Hospital do Barreiro			Hospital do Montijo
	Valor antes Rev.	Revalorização	Valor após Rev.	
Terrenos	234.556,45 €	3.371.051,09 €	3.605.607,54 €	4.987,98 €
Edifícios	15.632.432,93 €	16.179.054,91 €	31.811.487,84 €	5.331.946,15 €
Depreciações	- 8.252.461,80 €	8.252.461,80 €	- 220.459,90 €	- 1.790.760,85 €
	7.614.527,58 €	27.802.567,80 €	35.196.635,48 €	3.546.173,28 €

Utilização 2013	- 157.112,45 €		
Utilização 2014	- 1.889.414,10 €		
Utilização 2015	- 1.906.939,58 €		
Utilização 2016	- 1.925.092,26 €		

Saldo Final - Ex. Revalorização	21.924.009,41 €		
--	------------------------	--	--

Utilização da reserva de reavaliação, transferida para resultados transitados

	Depreciação mensal antes de Rev.	Depreciação Mensal após Rev.
Centro Hospitalar Barreiro Montijo	720.426,06€	2.645.518,32€
Utilização Res. Reavaliação		1.925.092,26€

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	3.610.595,52	37.272.714,39	24.613.097,76	325.908,62	5.243.165,42		73.739,76			71.139.221,47
Depreciações acumuladas		4.992.882,14	22.170.443,12	317.573,66	5.014.272,36		69.030,73			32.564.202,01
Saldo no início do período	3.610.595,52	32.279.832,25	2.442.654,64	8.334,96	228.893,06		4.709,03			38.575.019,46
Variações do período		(2.726.125,95)	(286.166,74)	8.635,32	(75.338,13)		(328,96)			(3.079.324,46)
Total de aumentos		260.164,80	689.932,31	18.943,58	58.113,45		3.198,49			1.030.352,63
Aquisições em primeira mão		260.164,80	689.932,31	18.943,58	58.113,45		3.198,49			1.030.352,63
Total diminuições		2.986.290,75	1.689.192,61	31.252,18	159.324,85		3.527,45			4.869.587,84
Depreciações do período		2.986.290,75	975.217,64	10.308,26	144.972,02		3.527,45			4.120.316,12
Abates			713.974,97	20.943,92	14.352,83					749.271,72
Outras transferências			713.093,56	20.943,92	25.873,27					759.910,75
Saldo no fim do período	3.610.595,52	29.553.706,30	2.156.487,90	16.970,28	153.554,93		4.380,07			35.495.695,00
Valor bruto no fim do período	3.610.595,52	37.532.879,19	24.589.055,10	323.908,28	5.286.926,04		76.938,25			71.420.302,38
Depreciações acumuladas no fim do período		7.979.172,89	22.432.567,20	306.938,00	5.133.371,11		72.558,18			35.924.607,38

8.2 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:

Em novembro de 2013, o CHBM, E.P.E. solicitou a uma entidade externa e independente a avaliação do seu património com o objetivo de estimar o valor de mercado em uso continuado para efeitos de gestão interna e sua revalorização.

A metodologia usada teve por base o somatório de todos os custos atuais de reconstrução, para um imóvel com características funcionais e construtivas semelhantes, tendo em conta os diversos níveis de depreciação física e funcional, ao qual foi acrescido o valor do terreno valorizado com base no Método Comparativo.

Assim, a avaliação realizada ao Património Imobiliário do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. ao Valor de Mercado, em 11 de Novembro de 2013, foi de 35.417.095,38 €, dos quais, 3.605.607,54 € relativamente aos terrenos e 31.811.487,84 € referente aos edifícios.

O valor total da reavaliação foi de 27.802.567,80 €, dos quais, 3.371.051,09 € relativamente aos terrenos e 24.431.516,71 € referente aos edifícios.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

8.3 Outras divulgações

Os ativos tangíveis adquiridos são mensurados após o reconhecimento segundo o modelo de custo.

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	N/A	N/A	N/A	
Edifícios e outras construções	Aquisição	Quotas Const.	20	5
Equipamento básico	Aquisição	Quotas Const.	3 - 7	
Equipamento de transporte	Aquisição	Quotas Const.	4	
Equipamento administrativo	Aquisição	Quotas Const.	3 - 7	
Equipamentos biológicos	N/A	N/A	N/A	
Outros ativos fixos tangíveis	Aquisição	Quotas Const.	3 - 7	

9. Custos de empréstimos obtidos

9.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

O Decreto-Lei nº 185/2006 de 12 de Setembro, criou o Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde com a finalidade de apoiar o sistema de pagamentos a fornecedores, não sendo possível proceder ao respetivo reembolso estes empréstimos foram considerados no défice das Administrações Públicas em 2011, procedendo-se à reconversão do empréstimo e juros em Capital Estatutário, com efeito a partir de 1 Janeiro 2014. O aumento de Capital Estatutário do CHBM, E.P.E. foi de 12.800.000,00 €.

10. Inventários

10.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado.


Mapa de detalhe da natureza de inventários à data de 31-12-2016

Conta	3361	3363	3364	3365	3366	3367	3368	TOTAIS
Descrição	Produtos Farmacêuticos	Produtos alimentares	Produtos de Consumo Clínico	Material de Consumo Administrativo	Material de Consumo Hoteleiro	Material de Manutenção e Conservação	Outro Material de Consumo	
Stock inicial	2.636.665,89	0,00	404.103,58	21.122,78	8.032,90	2.055,40	0,00	3.071.980,55
Compras / Produção	15.478.650,36	1.947,24	2.706.665,83	84.856,96	183.712,23	139.408,16	1.370,14	18.596.610,92
Consumos	15.400.829,13	1.947,24	2.699.696,02	94.378,12	179.827,02	141.261,92	1.350,16	18.519.289,61
Regularizações fim de Exerc.								
Sobras	6.394,97		2.468,68	330,46	271,62			9.465,73
Quebras	3.136,10		2.103,93	464,06	97,25			5.801,34
Outros								0,00
Stock Final	2.717.745,99	0,00	411.438,14	11.468,02	12.092,48	201,64	19,98	3.152.966,25

10.2 Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		3.071.980,56	3.071.980,56		1.887.498,22	1.887.498,22
Compras		18.596.610,92	18.596.610,92		19.025.106,47	19.025.106,47
Reclassificação e regularização de inventários		3.664,39	3.664,39			
Inventários finais		3.152.966,26	3.152.966,26		3.071.980,56	3.071.980,56
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		18.519.289,61	18.519.289,61		17.840.624,14	17.840.624,14
OUTRAS INFORMAÇÕES						

11. Rédito
11.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	60.216.016,78	61.436.963,88
Total	60.216.016,78	61.436.963,88

RÉDITO	2016
Internamento	22.843.604,48 €
Consulta Externa	7.346.979,28 €
Urgência	5.758.579,25 €
Hospitais de Dia	687.739,90 €
GDH's de Ambulatório	9.844.073,34 €
Verba de Convergência	3.327.994,44 €
Outros	8.845.800,73 €
Meios Complementares	185.154,04 €
Taxas Moderadoras	1.376.091,32 €
TOTAL	60.216.016,78 €

12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

12.1 Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:

Provisões processos judiciais em curso

De anos anteriores e ainda a decorrer

- ✓ Processo nº 670/12.7BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentado pela ZUCOTEC – Sociedade de Construções, Unipessoal, Lda. (Atualmente, MASSA INSOLVENTE DE ZUCOTEC – Sociedade de Construções, Unipessoal, Lda.) - Valor da provisão reconhecida **123.044,59 €**;
- ✓ Processo nº 1092/12.5BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada pelo, Paribas Factor - Valor da provisão reconhecida **316.890,26**;
- ✓ Processo nº 529/11.5BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Márcia Cristina Costa Nóbrega que alega negligência médica na assistência prestada - Valor da provisão reconhecida **10.000,00 €**;
- ✓ Processo nº 707/13.2BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Sónia Isabel do Carmo Bastos Soeiro, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada - Valor da provisão reconhecida **195.225,00 €**;
- ✓ Processo nº 690/14.7BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Rui de Jesus Figueiredo Ribeiro, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Valor da provisão reconhecida **60.587,58 €**;

- ✓ Processo nº 2745/15.1BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Maria de Fátima Guerreiro Ludovino, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Valor da provisão reconhecida **75.000,00 €**.

De situações que surgiram no ano de 2016

- ✓ Processo nº 2089/15.9T8BRR do Tribunal do Trabalho do Barreiro, intentada por António Pinto Saraiva e Outros, acidente de trabalho. Valor de **60.000,00 €**.
- ✓ Processo nº 189/16.7BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por João Manuel Fernandes Lucena, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Valor da provisão reconhecida **50.000,00 €**.
- ✓ Processo nº CO/000342/15 - Coimas, intentada por Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do território. Valor da provisão reconhecida **5.000,00 €**.

Passivos contingentes de processo judiciais em curso

- ✓ Processo nº 37/12.7 BELSB do Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa (1ª UO), intentada por Leonilda Pinheiro Gomes Geraldes Fazenda, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Valor da petição inicial **200.000,00 €**.
- ✓ Processo nº 435/14.1 BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por , José Isidro da Silva Catita, O Autor pretende a anulação total do ato que lhe ordenou a reposição de verbas por pagamentos indevidos ou, se assim se não entender, a sua anulação parcial, excluindo a reposição de verbas relativas ao período compreendido entre setembro de 2010 e janeiro de 2011, ou ainda, se também assim se não entender, que seja o ato substituído por outro que indique o valor líquido a pagar pelo Autor. alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Valor da petição inicial **72.577,16 €**.
- ✓ Processo nº 629/14.0 BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por, Paulo Serafim de Jesus Martins da Costa, O Autor pretende a declaração de nulidade ou, se assim se não entender, a anulação do ato que lhe ordenou a reposição de verbas por pagamentos indevidos. Valor da petição inicial **61.836,55 €**.
- ✓ Processo n.º 997/16.9T8EVR - Tribunal Judicial de Évora, Instância Central, Seção Civil e Crim., J3, intentada por, Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E, Alegadamente o CHBM

Z
A
B
X

tem em dívida o montante total de € 201 420,00 por conta de tratamentos de Braquiterapia prestados pelo Hospital de Évora a utentes ao abrigo de um protocolo celebrado entre as duas partes. Tal protocolo nunca foi assinado pelo Conselho de Administração do CHBM, contudo existem vários termos de responsabilidade assinados pela anterior Administração... Valor da petição inicial **201.420,00 €**.

- ✓ Processo n.º 8431/05.3TBSRB - intentada por, Hélder Silva Cercadas, Valor da petição inicial **15.000,00 €**.
- ✓ Processo n.º 993/11.2BELSB - intentada por, SPGL, Valor da petição inicial **30.000,01 €**.

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período			611.366,17						611.366,17
Variações no período			284.381,26						284.381,26
Aumentos do período			284.381,26						284.381,26
Reforço			284.381,26						284.381,26
Diminuições do período									
Saldo no fim do período			895.747,43						895.747,43
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Passivos contingentes									
Ativos contingentes									

Quadro comparativo:

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período			503.128,52						503.128,52
Variações no período			108.237,65						108.237,65
Aumentos do			108.237,65						108.237,65

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

período		
Reforço	108.237,65	108.237,65
Diminuições do período		
Saldo no fim do período	611.366,17	611.366,17
OUTRAS INFORMAÇÕES		
Passivos contingentes		
Ativos contingentes		

12.2 Divulgação para cada classe de passivo contingente à data do balanço

O valor inscrito nas provisões refere-se a riscos e encargos com processos judiciais à data de 31/12/2016.

Não se prevê qualquer reembolso fora dos valores previstos.

13. Subsídios do Governo e apoios do Governo

13.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Em 2016 o CHBM, E.P.E. reconheceu subsídio à exploração o valor 139.232,30 €.

Foram reconhecidos subsídios ao investimento no valor de 119.483,93 € que representam 0,20% dos rendimentos totais. (Vide também ponto 8.1 do anexo)

14. Acontecimentos após a data do balanço

14.1 Autorização para emissão:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração à data de 31 de março de 2017.

Não existem entidades com poderes para alterar as demonstrações financeiras após esta data

14.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições

Handwritten initials and marks in blue ink.

Foram analisados todos os acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorreram entre a data do balanço e a data de emissão das demonstrações financeiras suscetíveis de dar lugar a ajustamentos.

Nenhum dos acontecimentos analisados constituem prova de condições que existiam à data do balanço, pelo que não houve nenhum registo contabilístico a realizar.

15. Impostos e contribuições

15.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(18.218.944,07)	(12.676.909,19)
Imposto corrente	22.541,65	25.720,83
Imposto diferido	(434.825,54)	(432.792,43)
Imposto sobre o rendimento do período	(412.283,89)	(407.071,60)
Tributações autónomas	22.541,65	25.720,83
Taxa efetiva de imposto	2,26	3,21

15.2 Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Os passivos por impostos diferidos registados na rubrica "2742", no valor de 226.064,32€, foram reclassificados para a rubrica "2784" em outros credores, de acordo com o normativo vigente.

Impostos Diferidos 2016			
Descrição	Valor	taxa IRS	Passivo por Impostos Diferidos
Exedentes de Revalorização	21.942.162,14 €	21,00%	4.607.854,05 €
Subsídios ao Investimento	1.076.496,76 €	21,00%	226.064,32 €
Doações	19.496,33 €	21,00%	4.094,23 €
TOTAL			4.838.012,60 €



Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	(412.283,89)		(412.283,89)	(407.071,60)		(407.071,60)
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:						
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:						
Impostos diferido relativo a revalorização:						
de ativos	(404.269,37)		(404.269,37)	(400.457,31)		(400.457,31)
de Subsídios	(25.091,62)		(25.091,62)	(25.123,92)		(25.123,92)
de Donativos	(5.464,55)		(5.464,55)	(7.211,20)		(7.211,20)
Impostos do período - discriminação:						
Imposto diferido	(434.825,54)		(434.825,54)	(432.792,43)		(432.792,43)
Imposto corrente	22.541,65		22.541,65	25.720,83		25.720,83

15.3 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	252.347,17	22.541,65	346.170,10	25.720,83
Pagamentos por conta	249.047,17		342.870,10	
Pagamentos normais			93.822,93	
Pagamentos especiais	249.047,17		249.047,17	
Retenções efetuadas por terceiros	3.300,00		3.300,00	
Imposto estimado		22.541,65		25.720,83

Handwritten initials and marks:
ZD
ASB
K.

Retenção de impostos sobre rendimentos		643.795,20		554.186,93
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		8.005,26		9.598,89
Contribuições para:				
- ADSE		48.558,62		47.896,09
- CGA		513.916,39		496.107,25
- Segurança Social		479.923,58		421.073,43
- Outras		2.299,67		2.096,52
Total	252.347,17	1.719.040,37	346.170,10	1.556.679,94

16. Instrumentos financeiros

16.1 Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes		19.960,88	(19.960,88)	110.298,42		110.298,42
Outras dívidas a receber						
Instrumentos de capital próprio e outros títulos						
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros						
Total		19.960,88	(19.960,88)	110.298,42		110.298,42

16.2 Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Encontram-se incluídas no Balanço dívidas de cobrança duvidosa no valor de 90.337,54 €, relativas a clientes, dos quais, 19.759,86 € referente a processos em contencioso e 70.577,68 € referente a dívida em mora.

Para todas estas dívidas estão constituídas Provisões para Cobrança Duvidosa.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Relativos a processos de insolvência e recuperação		
Reclamadas judicialmente	19.759,86	
Em mora:	70.577,68	110.298,42
Há mais de seis meses e até doze meses		
Há mais de doze meses e até dezoito meses		
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses	1.795,40	
Há mais de vinte e quatro meses	68.782,28	110.298,42
Total	90.337,54	110.298,42

16.3 Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:			13.642.560,97		
Clientes			974.080,51		
Adiantamentos a fornecedores			313,90		
Outras contas a receber			12.668.166,56		
Passivos financeiros:			62.983.879,95		
Fornecedores			12.690.551,60		
Adiantamentos de clientes			35.729.389,37		
Outras contas a pagar			14.563.938,98		
Ganhos e perdas líquidos:			(42.248,60)		
De ativos financeiros			39.329,68		
De passivos financeiros			(81.578,28)		
Rendimentos e gastos de juros:					

Descrição dos Saldos de Terceiros 2016

Descrição	Sector Privado	Sector Publico	Total
Ativos Financeiros			
Clientes	181.941,55	792.138,96	974.080,51
Adiantamentos a fornecedores	313,90		313,90
Outras contas a receber	769.812,09	11.020.795,57	12.668.166,56
Passivos Financeiros			
Fornecedores	12.690.551,60	0,00	12.690.551,60
Adiantamentos de Clientes	1.035,95	35.728.353,42	35.729.389,37
Outras Contas a pagar	10.615.709,09	3.948.229,89	14.563.938,98
Ganhos e Perdas Líquidos			
de Ativos Financeiros	39.329,68		39.329,68
de Passivos Financeiros	(81.578,28)		(81.578,28)
Rendimentos e Gastos de Juros			

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			30.323.877,32		
Cientes			1.305.476,14		
Adiantamentos a fornecedores			80,50		
Outras contas a receber			29.018.320,68		
Passivos financeiros:			75.036.947,66		
Fornecedores			9.627.595,18		
Adiantamentos de clientes			52.135.431,12		
Outras contas a pagar			13.273.921,36		
Ganhos e perdas líquidos:			(183.156,10)		
De ativos financeiros			(174.920,12)		
De passivos financeiros			(8.235,98)		
Rendimentos e gastos de juros:					

16.4 Situação de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não existem empréstimos contraídos à data do Balanço.

16.5 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O Capital Estatutário do CHBM, E.P.E. é detido pelo Estado Português e encontra-se totalmente realizado à data do balanço.

16.6 Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Em 2016 não foram realizados aumentos do Capital Estatutário.

16.7 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitido e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.

Não existem outros instrumentos do Capital Estatutário emitidos à data do balanço.

17. Benefícios dos empregados
17.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Handwritten initials and signatures in blue ink.

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	1.728,00	2.995.931,40	1.609,00	3.013.246,50
Pessoas remuneradas	1.728,00	2.995.931,40	1.609,00	3.013.246,50
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	1.728,00	2.995.931,40	1.609,00	3.013.246,50
Pessoas a tempo completo	1.709,00	2.978.329,20	1.509,00	2.857.203,80
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas na tempo parcial	19,00	17.602,20	100,00	156.042,70
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	1.728,00	2.995.931,40	1.609,00	3.013.246,50
Masculino	340,00	594.501,60	328,00	609.176,70
Feminino	1.388,00	2.401.429,80	1.281,00	2.404.069,80
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços	80,00	82.329,00	12,00	6.721,80
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

17.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	45.947.732,35	42.832.791,42
Remunerações dos órgãos sociais	335.130,75	300.575,23
Remunerações do pessoal	36.724.415,65	34.389.609,38
Benefícios pós emprego	75.512,67	91.249,61
Outros benefícios	75.512,67	91.249,61
Indemnizações	5.093,27	1.154,92
Encargos sobre as remunerações	8.363.042,07	7.788.382,51
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	659,33	885,22
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	443.878,61	260.934,55

Quadro comparativo:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	42.832.791,42	42.289.526,88
Remunerações dos órgãos sociais	300.575,23	297.968,21
Remunerações do pessoal	34.389.609,38	33.358.921,92
Benefícios pós emprego	91.249,61	283.028,03
Outros benefícios	91.249,61	283.028,03
Indemnizações	1.154,92	317.606,60

Handwritten initials and marks in blue ink.

Encargos sobre as remunerações	7.788.382,51	7.787.803,03
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	885,22	1.874,84
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	260.934,55	242.324,25
- formação		12.796,00

17.3 Benefícios pós-emprego

Conforme estabelecido pelo artigo 159º da LEO, a responsabilidade com o pagamento de pensões relativas aos aposentados que tenham passado a subscritores nos termos do Decreto-Lei nº 301/79, de 19 de agosto, são suportados pelas verbas da alínea dos imóveis do Estado afetos ao Ministério da Saúde e das entidades integradas no SNS. O valor constante no saldo de pensões resulta dos funcionários que não se encontravam integrados nas carreiras e que não foram integrados nos termos do Decreto-Lei acima referido, pelo que o encargo é suportado pelo CHBM, E.P.E.

Não existe planos de contribuição definida para o pessoal e para o Conselho de Administração.

17.4 Benefícios de cessação de emprego

O valor das indemnizações resulta da Rescisões dos contratos a termo.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

18.1 Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	60.216.016,78	60.216.016,78
Compras	18.600.275,31	18.600.275,31
Fornecimentos e serviços externos	12.799.497,59	12.799.497,59
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	18.519.289,61	18.519.289,61
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	18.519.289,61	18.519.289,61
Gastos com o pessoal	45.947.732,35	45.947.732,35
Remunerações	37.059.546,40	37.059.546,40
Outros gastos	8.888.185,95	8.888.185,95
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	33.286.686,03	33.286.686,03
Total das aquisições	1.931.174,89	1.931.174,89

(das quais edifícios e outras construções) 1.013.063,74 1.013.063,74

Propriedades de investimento

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	61.436.963,88	61.436.963,88
Compras	19.025.106,47	19.025.106,47
Fornecimentos e serviços externos	11.915.642,81	11.915.642,81
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	17.840.624,14	17.840.624,14
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	17.840.624,14	17.840.624,14
Gastos com o pessoal	42.832.791,42	42.832.791,42
Remunerações	34.690.184,61	34.690.184,61
Outros gastos	8.142.606,81	8.142.606,81
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	35.495.695,00	35.495.695,00
Propriedades de investimento		

18.2 Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	60.216.016,78			60.216.016,78
Compras	18.600.275,31			18.600.275,31
Fornecimentos e serviços externos	12.783.517,22	464,94	15.515,43	12.799.497,59
Aquisições de ativos fixos tangíveis	1.931.174,89			1.931.174,89
Rendimentos suplementares:	1.189.872,64			1.189.872,64
Serviços sociais	109.743,38			109.743,38
Outros rendimentos suplementares	1.080.129,26			1.080.129,26


Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	61.436.963,88			61.436.963,88
Compras	18.961.573,92	63.532,55		19.025.106,47
Fornecimentos e serviços externos	11.915.642,81			11.915.642,81
Aquisições de ativos intangíveis	2.737,51			2.737,51
Rendimentos suplementares:	1.831.276,06			1.831.276,06
Serviços sociais	99.304,95			99.304,95
Outros rendimentos suplementares	1.731.971,11			1.731.971,11

18.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais
- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

19. Outras informações
19.1 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	4.161.289,47	4.003.216,51
Serviços especializados	5.589.465,20	4.991.410,35



Trabalhos especializados	3.022.561,93	3.152.577,68
Publicidade e propaganda	22.854,93	12.197,45
Vigilância e segurança	298.307,23	258.748,35
Honorários	955.745,53	283.341,36
Conservação e reparação	1.288.916,86	1.283.800,73
Outros	1.078,72	744,78
Materiais	22.315,47	16.894,38
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.007,35	2.179,12
Livros e documentação técnica	20.308,12	14.715,26
Energia e fluidos	1.198.787,55	1.275.210,27
Eletricidade	617.144,16	627.625,81
Combustíveis	341.878,09	426.404,57
Água	239.765,30	221.179,89
Deslocações, estadas e transportes		154,17
Deslocações e estadas		8,60
Transportes de mercadorias		145,57
Serviços diversos	1.827.639,90	1.628.757,13
Rendas e alugueres	112.952,44	107.397,26
Comunicação	235.914,02	204.615,45
Seguros	275.864,86	170.501,92
Contencioso e notariado	6.463,84	7.929,74
Limpeza, higiene e conforto	1.131.226,48	1.099.926,55
Outros serviços	65.218,26	38.386,21
Total	12.799.497,59	11.915.642,81

19.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Outros gastos e perdas:

Os outros custos e perdas dizem fundamentalmente respeito a:

- ✓ Correção da estimativa para férias e subsídio de férias relativamente ao ano anterior, no montante de 334.193,35 €.

Outros rendimentos e ganhos:

Os outros rendimentos e ganhos dizem fundamentalmente respeito a:

- Correções de insuficiência de estimativas relativas aos acréscimos de rendimentos dos contratos programa de anos anteriores, no montante de 2.065.553,97 €, dos quais:
 - ✓ 1.414.621,49 € de insuficiência de estimativa de rendimentos da Produção Normal Contrato Programa de 2013;

- ✓ 1.130.300,89 € de insuficiência de estimativa de rendimentos dos Incentivos Institucionais do Contrato Programa de 2013;
- ✓ 100.523,54 € de insuficiência de estimativa de rendimentos dos medicamentos de cedência hospitalar do Contrato Programa de 2013;
- ✓ 579.891,95 € de excesso de estimativa de rendimentos nas restantes linhas de financiamento (HIV, IVG, CIGIC e internos).
- Rendimentos no âmbito programa de financiamento centralizado da Hepatite C, no valor de 828.786,13 €, dos quais, 540.440,66 € foram transferidos pela ACSS e 288.345,47 € relativamente á constituição de uma previsão de rendimentos.

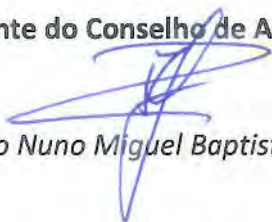
Não existem outras divulgações relevantes da posição financeira e dos resultados.

O TÉCNICO DE CONTAS

Fernando Joaquim Galvão

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração



Pedro Nuno Miguel Baptista Lopes

O Vogal do Conselho de Administração



Eduardo Manuel Rodrigues

A Vogal do Conselho de Administração



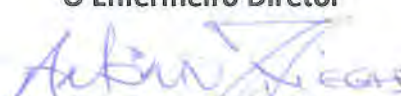
Sónia Maria Alves Bastos

O Diretor Clínico



Luís Filipe Pereira dos Santos Pinheiro

O Enfermeiro Diretor



António Manuel Silva Viegas



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Lda. Oficiais de Contas, Lda.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE (CHBM)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de **€51.438.277** (cinquenta e um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete euros) e um total de capital próprio negativo de **€ 18.765.227** (dezoito milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e vinte e sete euros), incluindo um resultado líquido negativo de **€17.806.660** (dezassete milhões, oitocentos e seis mil, seiscentos e sessenta euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental que evidenciam um total de € 74.513.657 (setenta e quatro milhões, quinhentos e treze mil, seiscentos e cinquenta e sete euros) de despesa paga e um total de € 75.340.633 (setenta e cinco milhões, trezentos e quarenta mil, seiscentos e trinta e três euros) de receita cobrada, relativas ao ano findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

No item de inventários está incluído um montante de € 2.717.746 relativo a inventários de "produtos farmacêuticos". Em resultado do acordo celebrado entre o Estado Português e a Apifarma, relativo à contribuição financeira da indústria farmacêutica para a sustentabilidade do SNS, a qual se traduziu em descontos adicionais a efetuar pelos associados da Apifarma às entidades do SNS, em função das suas compras de medicamentos. Ao abrigo deste acordo, foram emitidas notas de crédito de elevado montante ao CHBM que, por motivos de limitação informática,





não foi possível proceder à redução dos respetivos custos unitários dos artigos a que os descontos respeitavam, tendo essas notas de crédito sido diretamente contabilizadas como redução de custos do exercício (consumo de medicamentos). Neste sentido, o valor de inventários refletido no balanço está sobrevalorizado, num montante que não foi apurado pela entidade nem nos foi possível determinar. Desta forma, encontram-se relevados impactos positivos no resultado do exercício e nos ativos da entidade, pelo facto de a quantia de € 2.717.746 se encontrar sobrevalorizada pelo montante dos descontos que seriam imputáveis aos produtos em armazém à data de 31 de dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição das matérias relevantes de auditoria:

1. Conforme referido na nota 11 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o rédito registado pelo CHBM respeita essencialmente ao valor decorrente do grau de execução do Contrato Programa cujo acordo modificativo para o ano de 2016 foi celebrado em 6/5/2016. Tendo em conta a sua relevância na determinação dos rendimentos e, por conseguinte, do resultado da Entidade e no cumprimento do referido contrato, considerámos esta matéria como uma matéria relevante.

Abordagem e resposta de auditoria

Para darmos resposta aos riscos identificados, destacamos os seguintes procedimentos de auditoria:



- Validação do montante contratado constante no acordo modificativo para o ano de 2016, celebrado em 6/5/2016;
 - Análise do valor faturado, bem como da produção realizada para suportar essa mesma quantia;
 - Validação do montante de acréscimos registados, de forma a adequar os proveitos reconhecidos à produção efetivamente realizada;
 - Verificação da adequação das divulgações sobre o Rédito nas demonstrações financeiras de acordo com os registos contabilísticos e requisitos legais e regulamentares.
2. Verificam-se saldos significativos nas contas de terceiros relacionados com a execução dos Contratos Programas do anos e de anos anteriores ainda não encerrados, o que afeta de forma material a posição financeira da entidade.

Abordagem e resposta de auditoria

Para darmos resposta aos riscos identificados, destacamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Acompanhamento dos saldos transitados dos contratos programas de anos anteriores e por nós certificados nesses anos;
- Análise da produção realizada e da faturação efetuada;
- Análise dos adiantamentos bem como de outras transferências efetuadas pela ACSS e respetiva relevação contabilística;
- Conciliação das contas através de cruzamento de informação disponibilizada pela ACSS;
- Validação da documentação sobre as operações financeiras realizadas entre o CHBM e a ACSS.

Outras matérias

Conforme evidenciado no balanço, os Capitais Próprios apresentam-se negativos, no montante de €18.765.227 (dezoito milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e vinte e sete euros), o que poderá dificultar a prossecução dos objetivos do CHBM. Apesar de não existir qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do CHBM para dar continuidade às suas atividades, mas sim o seu carácter empresarial, a sua sustentabilidade e solvabilidade.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção



material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser



percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade desde o ato da sua criação, por fusão de duas entidades que se extinguíram com essa constituição (Decreto-Lei n.º 280/2009 de 6 de Outubro). O mandato foi renovado por um período de 3 anos por despacho n.º 492/12 de 13 de abril da Senhora Secretária do Tesouro e Finanças, terminando o mesmo em 31/12/2014. Temos vindo a aguardar a substituição no exercício destas funções, decisão que compete ao Ministro do Estado e das Finanças (n.ºs 2 e 5 do artigo 15º dos Estatutos desta EPE – Anexo II ao Decreto Lei 233/2005 de 29 de dezembro), sendo que mesma não foi efetivamente homologada, estando ultrapassado o prazo de 7 anos para o sócio responsável, estipulado no n.º 2 do artigo 54º da Lei 140/2015 de 7 de setembro. Esta situação foi comunicada por escrito à CMVM, que recomendou na sua resposta de 20 de março de 2017 que “... estando excedido o prazo (estatutário) de exercício de funções da V. SROC no Centro Hospitalar, as entidades competentes deverão proceder à substituição da V. SROC com a maior brevidade, ato que a V. SROC deverá promover ativamente”.



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 31 de março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 11 de maio de 2017,

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 20161434

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto, designadamente, na alínea b) do nº 2 do artigo 16º e na alínea h) do artigo 25º, ambos do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-Lei nº 244/2012, de 9 de novembro, na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do **CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Durante o período em análise foi possível realizar todos procedimentos cometidos ao Fiscal Único no acompanhamento dos atos de gestão.

Procedemos à leitura e análise das Atas do Conselho de Administração, bem como à verificação de outros elementos que julgámos apropriados nas circunstâncias, incluindo a documentação contabilística de suporte às operações, numa base de teste, de forma a dar cumprimento às funções que nos foram cometidas.

O Conselho de Administração e os diversos Serviços do Centro Hospitalar prestaram-nos com prontidão todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo aborda de forma adequada a atividade do Centro Hospitalar no exercício de 2016, bem como as perspetivas de desenvolvimento estratégico e da atividade, satisfazendo os requisitos legalmente exigidos.

Do conteúdo do Relatório de Gestão salienta-se a caracterização detalhada da atividade desenvolvida, quer em termos quantitativos, quer no que se refere ao respetivo impacte económico e financeiro, bem como o confronto entre as estratégias e objetivos definidos e os respetivos níveis de realização alcançados.

O Relatório contempla, em ponto próprio, a informação sobre o Governo da Sociedade, em cumprimento do estabelecido no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, detalhando de forma suficiente os diversos assuntos relacionados com as boas práticas de governo societário, respeitando a estrutura do guião divulgado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

D.R.O.C. Inscrição nº 115 ■ Registada na C.M.U.M. nº 8936 ■ Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa ■ n.ºc 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991

ABC, Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados, SRQC, Lda. é membro do ABC & Associados - SRQC, ACE.





Verificámos ainda a conformidade da informação contida no Relatório de Gestão com a informação constante dos demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração.

Os critérios de valorimetria adotados no exercício e descritos no Anexo, estão em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal e adotados pela entidade, tendo sido aplicados de forma consistente com o exercício anterior.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido, designadamente, na alínea g) do artigo 25º do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-Lei nº 244/2012, de 9 de novembro, bem como nos artigos 44º e 45º da Lei 140/2015 de 7 de setembro, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, que inclui uma reserva.

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos, quando lidos em conjunto com o disposto da Certificação Legal das Contas, permitem uma boa compreensão da situação financeira do CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E., em 31 de dezembro de 2016, bem como o resultado das suas operações do período findo naquela data.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido da transferência para resultados transitados do prejuízo apurado no exercício, está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que reúne as condições necessárias para a sua aprovação.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Matérias relacionadas com as contas

Face ao trabalho desenvolvido, de acordo com o exposto e tendo em conta o teor da nossa Certificação Legal das Contas (CLC), somos de parecer que as Entidades de Tutela do CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.:

- a) Aprovevem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprovevem a Proposta expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, relativa à transferência para Resultados Transitados do prejuízo de € 17.806.660,18 (dezassete milhões, oitocentos e seis mil, seiscentos e sessenta euros e dezoito cêntimos) apurado no exercício, a qual **está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;**

D.R.O.C. Inscrição nº 115 ■ Registada na C.M.U.M. nº 8936 ■ Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa ■ n.º 503188 220



- c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

2. Avaliação anual do desempenho dos gestores executivos

Nos termos do n.º 17 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, compete ao Fiscal Único efetuar a avaliação anual do desempenho dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa.

De acordo com os elementos solicitados e disponibilizados pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, E.P.E., em particular o Relatório do Governo Societário e tendo ainda em conta as verificações efetuadas e o normal acompanhamento das atividades exercidas, certifica-se que durante o período de 2016, se constatou as preocupações do órgão de gestão com o cumprimento das orientações estratégicas e dos objetivos fixados para o período em causa.

Da análise efetuada, também nos foi possível verificar que o modelo de governação em vigor no Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, E.P.E., revela-se adequado à prossecução da sua missão, de acordo com as orientações estratégicas e os objetivos fixados pelo Acionista, cumprindo o disposto na lei, bem como os princípios que a este respeito constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, os objetivos definidos para a entidade foram realizados parcialmente.

Foram verificados os objetivos de desempenho económico-financeiro tal como definidos no apêndice II ao Contrato-Programa para 2016, tendo-se constatado que os mesmos foram cumpridos na sua quase totalidade, conforme quadro abaixo:

Objetivos de Desempenho Económico-Financeiro 2016

Objectivos	Real	Meta	Varição	Resultado
Percentagem dos custos com horas extraordinárias, suplementos e FSE (seleccionados), no total de custos com pessoal (€)	14,4%	14,8%	0,00	Cumpriu
Resultado antes de juros, impostos, amortização e depreciações EBITDA (€)	-14.075.475,15	-15.466.337,96	1.390.862,81	Cumpriu
Acréscimo de Dívida Vencida (fornecedores externos) (€)	1.457.684,87	0,00	1.457.684,87	Não Cumpriu
Percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total dos rendimentos (%)	6,7%	7,1%	-0,40%	Não Cumpriu



Deu cumprimento ao disposto na alínea a) no artigo 41º da Lei 82-B/2014 de 31 de Dezembro, não tendo havido lugar no ano de 2016 à atribuição de prémios de gestão.

Foi aplicada redução remuneratória aos membros do Conselho de Administração. Foi também realizada a redução das remunerações dos seus trabalhadores, em conformidade com a Lei.

Cumpriu parcialmente o disposto no artigo 86º da Lei nº 7-A/2016 de 30 de março e artigo 43º DL nº 18/2016 de 13 de Abril, manteve a (71,4%) das suas disponibilidades em aplicações financeiras junto do IGCP, I.P.. O CHBM solicitou a dispensa do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, o qual mereceu o seguinte despacho "..., propõe-se que o CHBM restrinja a utilização da banca comercial, exclusivamente, à recolha de valores (ponto 4 alínea a)), cujos montantes devem ser imediatamente transferidos para a Tesouraria do Estado. Os restantes valores devem, pois, ser movimentados através de conta no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por esta Agência."

Foi cumprido o objetivo do peso de 14,8% dos gastos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços externos sobre o total dos custos com o pessoal, pois atingiu 14,4%.

Foi cumprido o objetivo fixado de 15,47 milhões de euros de resultado negativo antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA), pois atingiu um valor de 14,07 milhões de euros negativos.

Não foi cumprido o objetivo de não haver acréscimo de dívida vencida (fornecedores externos) de 2015 para 2016, dado que o valor da dívida em 31 de dezembro de 2016 excedeu em 1,45 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2015.

A meta fixada para a percentagem dos rendimentos extra contrato-programa no total dos rendimentos foi de 7,1 %, a qual não foi alcançada, pois atingiu apenas 6,7%.

Os custos totais do CHBM apresentam um aumento de 2015 (€77.373.129,00) para 2016 (€82.211.398,00), encontrando-se o valor acima do orçamentado (€81.444.622,00).

Face ao exposto, somos de opinião que o desempenho da gestão pelos membros do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE., se pode considerar adequado tendo por base o enquadramento e a forma como foram desenvolvidas as suas ações durante o ano de 2016. De referir que em virtude dos membros do conselho de administração terem apresentado renúncia, pela Resolução nº 33/2016 do Conselho de Ministros publicada no Diário da República 2ª série de 3 de Novembro 2016, foi nomeado um novo conselho de administração para um mandato de três anos.



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

3. Outras matérias

De acordo com o trabalho que desenvolvemos, no âmbito das competências e atribuições cometidas ao Fiscal Único e em resposta a diversas determinações formuladas por entidades representativas do detentor da capital estatutário, expressamos ainda as seguintes opiniões:

- a) Nos termos do nº 2 do art.º 54º do decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração e que constitui parte integrante do conjunto dos documentos de prestação de contas, entendendo que o mesmo dá cumprimento ao exigido no capítulo II daquele diploma legal;
- b) Relativamente às demais orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado importa destacar o bom nível de cumprimento das orientações legais aplicáveis e cumpriu com os deveres de informação, tendo efetuado os reportes obrigatórios às várias entidades.

Lisboa, 11 de maio de 2017

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. com o nº 20161434*

representada pelo sócio

*José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681*